



EY
Building a better
working world

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Solví Participações S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solví Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Atividades operacionais da controlada indireta Vega Engenharia Ambiental S.A. (Sucursal Bolívia)

Chamamos a atenção a nota explicativa 1.2.e as demonstrações financeiras que descreve que a controlada indireta Vega Engenharia Ambiental S.A. (Sucursal Bolívia) teve o seu contrato de prestação de serviços junto ao seu único cliente findo em dezembro de 2022, e desde essa data a Sucursal Bolívia encontra-se inativa, até que todos os trâmites necessários para seu devido encerramento sejam concluídos. Conforme descrito na referida nota explicativa as demonstrações financeiras, a Sucursal Bolívia possui um contas a receber de R\$70.151 mil junto com o cliente, o qual na avaliação da diretoria não há expectativa de perdas. Adicionalmente, as demonstrações

financeiras da Sucursal Bolívia foram elaboradas levando em consideração a base contábil de liquidação e, portanto, as demonstrações financeiras da Companhia a respeito deste investimento, devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Atividades operacionais da controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”)

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras que descreve sobre o acordo para a continuidade da prestação dos serviços da controlada indireta Guamá Tratamento de Resíduos Ltda. (“Guamá”) até 31 de agosto de 2023, o qual foi prorrogado via decisão judicial até fevereiro de 2025. A Guamá possui ativos de R\$106.620 mil e passivos de R\$58.081 mil registrados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, as operações da Guamá vêm sendo financiadas, basicamente, através de recursos fornecidos pela controlada Revita Engenharia Ambiental S.A. conforme apresentado na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção “Ênfases”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade dos ativos intangíveis – Ágio

A Companhia é requerida a proceder anualmente ao teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta conta era R\$572.536 mil, como divulgado na Nota Explicativa 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades

geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do modelo de fluxo de caixa descontado e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia. As premissas de margem e das taxas de crescimento utilizadas pela Companhia nas projeções foram comparadas com aquelas reportadas ou estimadas por empresas similares em adição a outros procedimentos executados para avaliar a razoabilidade destas premissas e a integridade das informações utilizadas pela Companhia para elaborar os modelos. Focamos também na adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas mais sensíveis utilizadas no teste de recuperação, ou seja, aquelas que tem efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio. Nós envolvemos nossos profissionais especializados em avaliação nestes procedimentos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura preparados pela diretoria são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também avaliamos à adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ágio por expectativa de rentabilidade futura na Nota Explicativa 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

Como consequência das operações a Companhia e suas controladas assumem obrigações para restaurar e reabilitar o meio ambiente quando do fechamento de seus aterros sanitários, bem como ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento, conforme divulgado na Nota Explicativa 24. Estimar os custos associados a estas atividades futuras exige considerável julgamento em relação a fatores como os gastos necessários para a cobertura final do aterro e diversos serviços específicos como: drenagem, coleta e tratamento de chorume, coleta e tratamento de biogás, tomada de amostras e análise laboratorial das águas subterrâneas e superficiais e manutenção da infraestrutura existente.

Devido à relevância da provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários e ao nível de julgamento para determinação da sua estimativa que pode impactar o valor desta provisão nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Com auxílio de nossos especialistas nas áreas ambiental e de sustentabilidade, avaliamos a razoabilidade do modelo utilizado, das principais premissas adotadas, dos volumes de



Building a better
working world

capacidade considerados em relação as licenças ambientais e aderência ao cumprimento da legislação ambiental vigente;

- (ii) Avaliamos, em base amostral, as evidências dos gastos necessários para cobertura final do aterro e dos serviços específicos acima mencionados utilizados para estimar os compromissos futuros para as fases de fechamento e pós-fechamento dos aterros sanitários; e
- (iii) Avaliamos, também, a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para fechamento e pós-fechamento de aterro sanitário, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento da provisão da Companhia, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

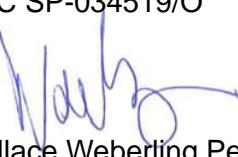
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

**Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas**

Solví Participações S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Solví Participações S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	12

Solví Participações S.A.

Balanços patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora				Consolidado				Nota Explicativa	Controladora				Consolidado				
		2023		2022		2023		2022			2023		2022		2023		2022		
		ATIVO	CIRCULANTE	ATIVO	CIRCULANTE	ATIVO	CIRCULANTE	ATIVO	CIRCULANTE		ATIVO	CIRCULANTE	ATIVO	CIRCULANTE	ATIVO	CIRCULANTE	ATIVO	CIRCULANTE	
ATIVO										PASSIVO									
CIRCULANTE										CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	6	4	13.048	222.337	340.005					Fornecedores	18	281	2.355	238.864	210.505				
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	318	372					Empréstimos e financiamentos	19	-	266	136.619	171.198				
Contas a receber de clientes	8	1.467	-	608.860	506.636					Debêntures	20	-	-	131.322	8.866				
Ativos financeiros de concessão	34.2	-	-	7.898	5.824					Passivo de arrendamento	21	-	-	20.330	21.335				
Estoques	10	-	-	61.478	70.205					Salários, benefícios e encargos sociais	23	37	4	114.043	134.760				
Dividendos a receber	12	16.285	43.341	3.646	3.477					Impostos, taxas e contribuições	25	101	301	75.565	69.982				
Impostos a recuperar	13	2.676	12	92.605	27.847					Dividendos a pagar	12	-	-	47.225	42.255				
Outras contas a receber	9	4	325	25.274	15.855					Adiantamentos de clientes		-	-	8.665	7.226				
Adiantamento a fornecedores		1	43	7.402	1.670					Outras contas a pagar		-	549	14.162	20.423				
Ativos mantidos para venda										Total do passivo circulante		419	3.475	786.795	686.550				
Total do ativo circulante				20.437	56.769	1.031.288	973.361												
NÃO CIRCULANTE										NÃO CIRCULANTE									
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	9.471	14.882					Fornecedores	18	-	-	7.128	16.359				
Impostos a recuperar	13	-	2.163	51.030	95.334					Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	25.194	21.096	-	2.803				
Contas a receber de clientes	8	-	-	131.962	163.311					Dividendos a pagar	12	-	-	10.079	-				
Mútuos a receber de partes		22	25.975	10.320	14.886	6.425				Empréstimos e financiamentos	19	-	-	270.077	259.230				
relacionadas										Debêntures	20	-	-	1.129.505	1.061.209				
Ativo financeiro de concessão	34.2	-	-	-	-	9.927				Passivo de arrendamento	21	-	-	70.059	78.515				
Dividendos a receber	12	15.800	-	839	839					Impostos, taxas e contribuições	25	-	-	1.119	1.300				
Ativo fiscal diferido	26	-	-	181.962	138.915					Passivo fiscal diferido	26	-	-	98.495	98.186				
Outras contas a receber	9	-	3.413	20.994	14.840					Provisão para perda em investimentos	14	-	-	163	160				
Depósitos judiciais		14.782	14.782	64.087	64.603					Provisões	24	17.955	31.089	313.628	329.143				
		56.557	30.678	475.231	509.076					Adiantamento de Clientes		-	-	1.071	-				
										Outras contas a pagar		-	-	333	-				
										Total do passivo não circulante		43.149	52.185	1.901.657	1.846.905				
Investimentos	14	1.009.853	1.043.629	214.678	208.766					PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Imobilizado	15	-	-	1.138.644	1.029.907					Capital social	27	440.450	440.450	440.450	440.450				
Direito de uso – Arrendamento	16	-	-	81.102	91.123					Reserva de capital		563.166	616.211	563.166	616.211				
Intangível	17	-	-	926.408	919.156					Reservas de lucros		(1.947)	(40.086)	(1.947)	(40.086)				
		1.009.853	1.043.629	2.360.832	2.248.952					Ajustes de avaliação patrimonial		41.610	58.841	41.610	58.841				
Total do ativo não circulante		1.066.410	1.074.307	2.836.063	2.758.028					Total do patrimônio líquido dos controladores		1.043.279	1.075.416	1.043.729	1.075.416				
TOTAL DO ATIVO		1.086.847	1.131.076	3.867.351	3.731.389					Participação dos não controladores	14.1	-	-	135.620	122.518				
										Total do patrimônio líquido		1.043.729	1.075.416	1.178.899	1.197.934				
										TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.086.847	1.131.076	3.867.351	3.731.389				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solví Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	28	-	-	2.224.155	2.389.414
Custo dos serviços prestados	29	-	-	(1.708.087)	(1.917.822)
Lucro bruto		-	-	516.068	471.592
Receitas e despesas operacionais					
Despesas comerciais	30	(43)	(62)	(20.456)	(26.240)
Despesas administrativas	31	(1.766)	(4.855)	(195.165)	(180.379)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	(7.166)	(1.843)	4.340	(31.237)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(16.545)	(30.285)	11.149	15.035
Receitas e despesas operacionais líquidas		(25.520)	(37.045)	(200.132)	(222.821)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(25.520)	(37.045)	315.936	248.771
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	33	6.348	4.777	75.921	69.059
Despesas financeiras	33	(4.493)	(51.157)	(306.865)	(254.565)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		1.855	(46.380)	(230.944)	(185.506)
Lucro/ (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(23.665)	(83.425)	84.992	63.265
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	26	-	(1.144)	(97.241)	(104.764)
Diferido	26	-	-	43.867	1.825
Incentivo lucro da exploração		-	-	2.535	5.206
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício		(23.665)	(84.569)	34.153	(34.468)
Atribuível à:					
Acionista da controladora				(23.665)	(84.569)
Participação de não controladores				57.818	50.101
				34.153	(34.468)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solví Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	(23.665)	(84.569)	34.153	(34.468)
Ajustes de hiperinflação de investimentos na Argentina/CTI	24.840	(599)	24.840	(599)
Ajustes de avaliação patrimonial	(41.438)	(1.349)	(41.995)	(1.410)
Outros resultados abrangentes	(694)	(527)	(694)	(593)
Total do resultado abrangente da Companhia	(40.957)	(87.044)	16.304	(37.070)
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores			(40.957)	(87.044)
Acionistas não controladores			57.261	49.974
Resultado abrangente total			16.304	(37.070)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solví Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros						Ajuste de avaliação patrimonial	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de ágio	Lucros / (prejuízo) acumulados				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	440.450	616.211	36.200	5.140	3.143	-	61.316	1.162.460	120.647	1.283.107
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	(84.569)	-	(84.569)	50.101	(34.468)
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	3.021	3.021
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	(84.569)	-	84.569	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.124)	(51.124)
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina	-	-	-	-	-	-	(599)	(599)	-	(599)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	(1.349)	(1.349)	(61)	(1.410)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	-	(527)	(527)	(66)	(593)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	440.450	616.211	36.200	(79.429)	3.143	-	58.841	1.075.416	122.518	1.197.934
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	(23.665)	-	(23.665)	57.818	34.153
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	7.480	7.480
Absorção de reservas – nota explicativa 27	-	(18.575)	-	-	-	18.575	-	-	-	-
Transação com acionista – nota explicativa 27	-	8.759	-	-	-	-	-	8.759	-	8.759
Absorção de reservas – nota explicativa 27	-	(43.229)	(36.200)	79.429	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(51.578)	(51.578)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	-	(633)	(633)	(61)	(694)
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina	-	-	-	-	-	-	24.840	24.840	-	24.840
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	(41.438)	(41.438)	(557)	(41.995)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	440.450	563.166	-	-	3.143	(5.090)	41.610	1.043.279	135.620	1.178.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solví Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(23.665)	(84.569)	34.153	(34.468)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações, amortizações, exaustões e redução ao valor recuperável do imobilizado e ativo do direito de uso	-	727	177.325	159.534
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	19.322	18.042
Resultado de equivalência patrimonial	16.545	30.285	(11.149)	(15.035)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e arrendamento	2	45.351	255.928	208.384
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(814)	(660)	(416)	(660)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	902	4.056	208	1.168
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	-	-	7.074	17.956
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	-	-	(2.295)	(3.065)
Provisão para crédito liquidação duvidosa	-	-	1.217	(2.717)
Ajuste ao valor recuperável de ágio	-	-	-	61.630
Redução ao valor recuperável	-	-	-	2.503
Provisão para contingências	(4.375)	(8.080)	(12.180)	6.672
Provisão de imposto de renda e contribuição social	-	1.144	94.706	99.558
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	(43.867)	(1.825)
Provisão para obrigações contratuais futuras	-	-	1.759	-
Reversão de ativo financeiro de concessão	-	-	7.853	5.535
Aumento / Redução nos ativos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	-	-	5.465	3.130
Contas a receber de clientes	(1.467)	-	(73.318)	(26.369)
Partes relacionadas	-	3.736	1.226	14.152
Impostos a recuperar	(501)	(405)	(62.447)	8.764
Estoques	-	37	8.727	10.555
Dividendos recebidos	11.225	76.756	6.363	5.085
Outras contas a receber	3.765	(45.760)	(21.625)	(76.906)
Adiantamento a fornecedores	42	67	(16.448)	5.879
Depósitos judiciais	-	(154)	516	(11.343)
Aumento / Redução nos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.877)	1.378	20.837	(34.071)
Partes relacionadas	(197)	(6.804)	(1.709)	(7.126)
Salários benefícios e encargos sociais	33	(2.745)	(20.717)	(24.159)
Impostos, taxas e contribuições	(200)	127	11.435	(67.293)
Adiantamento de clientes	-	(66)	2.510	(1.195)
Outras contas a pagar	(1.890)	(2.409)	(7.652)	(48.975)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(2.472)	12.012	382.801	273.340
Pagamento de impostos sobre o lucro	-	-	(57.617)	(62.804)
Mútuos ativos - recebimento de juros	-	6	-	6
Mútuos passivos - juros pagos	-	-	-	(191)
Debêntures - juros pagos	-	(53.106)	(193.202)	(133.614)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(2)	(56)	(42.683)	(53.684)
Passivo de arrendamento - juros pagos	-	-	(7.310)	(7.149)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(2.474)	(41.144)	81.989	15.904
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Mútuos ativos - concedidos	(15.138)	(353)	(8.652)	(353)
Mútuos ativos - recebimento principal	297	553	607	553
Aumento de capital social em controladas	-	(18.881)	-	3.021
Aquisição controle sobre investimentos, líquido do caixa oriundo aquisição	-	-	-	(1.867)
Aquisição de ativo imobilizado	-	(4.132)	(269.780)	(219.372)
Aquisição de intangível	-	-	(22.307)	(24.298)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(14.841)	(22.813)	(300.132)	(242.316)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Mútuos passivos - captação	4.537	90.557	-	9.865
Mútuos passivos - pagamento de principal	-	(14.870)	-	(5.580)
Notas promissórias - pagamento de principal	-	-	-	(756)
Emissão de debêntures	-	-	190.000	423.154
Gastos com captação de debêntures	-	-	-	(18.136)
Empréstimos e financiamentos - captação	-	-	154.836	156.223
Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal	(266)	(1.588)	(190.500)	(184.930)
Passivos de arrendamento - pagamento de principal	-	-	(22.568)	(21.883)
Dividendos pagos	-	-	(31.293)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	4.271	74.099	100.475	357.957
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13.044)	10.142	(117.668)	131.545
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	13.048	2.906	340.005	208.460
No final do exercício	4	13.048	222.337	340.005
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(13.044)	10.142	(117.668)	131.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Solví Participações S.A. (“Companhia” ou “Solví Participações”), entidade controladora direta do Grupo Solví, por meio de sua controlada direta Solvi Essencis Ambiental S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo - SP.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia abrangem a Companhia e sua controlada direta Solvi Essencis Ambiental com suas respectivas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Solví” e individualmente como “entidades do Grupo”).

O grupo empresarial indiretamente controlado pela Companhia prestaserviços que atendem a mais de 450 municípios de 15 estados brasileiros, além de importantes municípios localizados na Argentina, na Bolívia e no Peru.

A atividade operacional do Grupo Solví é desenvolvida basicamente em três frentes de negócios:

Frente de negócio	Descrição
Manejo de Resíduos Sólidos	Tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, públicos e privados, e resíduos industriais. Também, faz operações de aterros com classificação I (perigosos), IIA e IIB (não perigosos, reciclagem, incineração, co-processamento, remediação de áreas contaminadas, logística reversa e limpeza pública e coleta.
Valorização Energética	Geração de energia a partir de fontes renováveis, como Biogás. Produção de crédito de carbono por meio de energia renovável e queima controlada do gás metano de aterro.
Outros	Receitas de menor valor que não se enquadram diretamente nos grupos acima, mas são acessórios a eles, ou são intermitentes ou eventuais em termos de frequência.

A Companhia e suas controladas direta e indiretas controlam uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2023 as participações societárias detidas direta e indiretamente pela Companhia e suas respectivas áreas de atuação estão descritas conforme nota explicativa 14.1.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1 Restruturação societária

1.1.1 Ocorridas em 2022

a. Solví Essencis Ambiental S.A.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia realizou um aporte de ativos líquidos na sua controlada direta Solví Essencis Ambiental S.A. (denominada “Solví Essencis”), um acervo ao custo histórico constituído no valor de R\$152.186, por meio da qual a Solví Essencis passou a controlar os investimentos que estão detalhados na nota explicativa 14.

Segue abaixo o acervo contábil aportado na Solví Essencis:

Ativo	
Contas a receber	2.080
Estoque	55
Outras contas a receber	331
Ativo circulante	2.466
Ativo não circulante	894.112
Outras contas a receber	14.889
Investimentos	857.128
Imobilizado	5.276
Intangível	16.819
Total do ativo	896.578
Passivo	
Fornecedores	1.955
Salários, benefícios e encargos sociais	1.825
Outras contas a pagar	6.990
Debêntures	131.846
Passivo circulante	142.616
Mútuos a pagar com partes relacionadas	81.449
Provisões	327
Debêntures	520.000
Passivo não circulante	601.776
Total do passivo	744.392
Ativos identificáveis líquidos ao valor justo	152.186

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Geo Emergência Ambiental Ltda. ("Geo")

Em 28 de janeiro de 2022, por meio de instrumento particular de compra e venda, a Companhia adquiriu 100% da participação societária da controlada "Geo Emergência Ambiental Ltda.", pelo valor de R\$4.000, (Sendo o valor líquido de R\$3.750, considerando o ajuste ao valor presente) dos quais R\$1.000 foi pago à vista e o restante a serem pagos de forma parcelada até 2025.

Os ativos identificáveis líquidos ao valor justo da "Geo Emergência" na data da aquisição foram de R\$726, o que gerou um Ágio no valor de R\$3.024. O Ágio gerado representa a sinergia que a Companhia espera obter através da prestação de seus serviços aos clientes.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da "Geo Emergência Ambiental Ltda." na data da aquisição é apresentado a seguir:

	<u>Valor justo reconhecido na aquisição</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	55
Investimento	1
Imobilizado	159
Imobilizado - Mais valia	333
Intangível	2
Intangível – Carteira de clientes	<u>265</u>
	<u>815</u>
Passivos	
Fornecedores	(12)
Salários, benefícios e encargos sociais	(53)
Impostos, taxas e contribuições	<u>(24)</u>
	<u>(89)</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	<u>726</u>
Ágio na aquisição (Nota 14)	3.024
Total da contraprestação ao valor justo	<u>3.750</u>

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2 Controladas com contratos findos ou desenvolvendo suas atividades operacionais com contratos de emergência ou informações relevantes:

a) Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A (“INOVA”)

Controlada indireta, sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de prestação de serviços indissíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum do município de São Paulo-SP, varrição e asseio de vias e logradouros públicos, correspondente ao denominado Agrupamento Noroeste do Município de São Paulo. O contrato de prestação de serviços original encerrou-se em 16 de dezembro de 2016 e foi prorrogado por mais um período, finalizando-se de forma definitiva em 14 de dezembro de 2017. Em 10 de dezembro de 2018, a INOVA firmou novo contrato de prestação de serviços em caráter emergencial junto à AMLURB. O prazo de vigência desse contrato foi de 180 dias corridos contados a partir de 11 de dezembro de 2018. Em 1º de junho de 2019, o contrato emergencial foi encerrado e, consequentemente, as atividades operacionais da INOVA cessaram. Desde essa data, a INOVA encontra-se inativa até que todos os trâmites necessários para o seu devido encerramento sejam concluídos, tendo os seus gastos e despesas ordinárias honrados com recursos próprios. Os acionistas da INOVA não têm planos de retomada das operações em um futuro previsível.

b) SBC Valorização de Resíduos Ltda. (“SBC”)

Controlada indireta, sociedade constituída com fins exclusivos e específicos de executar o contrato de Parceria Público Privada (“PPP”) relativo à implantação e operação do sistema integrado de manejo e gestão de resíduos sólidos no Município de São Bernardo do Campo - SP.

Em 05 de Julho de 2017, foi assinado o Instrumento de Compromisso e Rescisão Contratual entre a controlada e o município de São Bernardo do Campo - SP, cujo objetivo foi a rescisão amigável e antecipada do contrato firmado entre as partes. Esse instrumento estabeleceu as seguintes condições: i) o pagamento pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo do valor de R\$74.250 em quatro parcelas; ii) a prestação dos serviços essenciais sob o valor mensal de R\$8.250, pelo prazo de 180 dias, a contar da assinatura do instrumento, ou até a finalização de um novo processo licitatório para a contratação dos serviços; iii) a contratação, pelo Poder Concedente, de companhia de auditoria independente, de ilibada reputação, para realizar os levantamentos e avaliações necessárias para liquidação e apuração dos valores devidos em decorrência do contrato de PPP rescindido. Em 26 dezembro de 2017, o instrumento de compromisso e rescisão contratual foi prorrogado e as atividades da SBC foram mantidas por meio de contrato emergencial por mais 180 dias a partir de 1º de janeiro de 2018. O término das atividades operacionais da SBC deu-se no dia 30 de junho de 2018.

A liquidação do contrato de PPP com a controlada SBC ainda não tinha sido concluída pela Prefeitura, que seguia em avaliação e discussão das premissas fáticas e econômicas consideradas pelos auditores contratados pelo Município e pela empresa contratada pela SBC para realizar o acompanhamento dos trabalhos, quando, em razão do alongado processo, em 09 de dezembro de 2020, a SBC ingressou com uma demanda condenatória contra o Município de São Bernardo do Campo, na qual pede: a) o pagamento das verbas contratualmente devidas como contraprestação à SBC e não pagas; b) o pagamento do reequilíbrio econômico –financeiro que venha a ser apurado, pela redução do escopo do contrato e outros eventos ocorridos ao longo da execução contratual; c) o resarcimento de outros prejuízos, bem como danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da rescisão contratual antecipada. Por meio dessa demanda, a SBC espera chegar a termos justos da rescisão contratual com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

c) Battro - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. (“Battro”)

Esta controlada indireta detém contrato de concessão, mediante prestação de serviços, tendo objeto a implantação, operação e manutenção da Estação de Transbordo e do Aterro Metropolitano Centro de destinação final de resíduos sólidos urbanos no município de Salvador – BA e dos municípios conveniados Lauro de Freitas e Simões Filho – BA, bem como a comercialização de créditos de carbono por meio da queima do metano e venda do metano para a empresa Termoverde Salvador S.A. (“Termoverde Salvador”). O contrato de Concessão nº001/1999 com a Prefeitura Municipal de Salvador – BA, cujo prazo de término

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

era 29 de dezembro de 2019, foi prorrogado por períodos menores, finalmente, por mais 12 meses, por meio do Aditivo nº 19 ao contrato de concessão, assinado em 26 de outubro de 2023. O contrato permite a prorrogação por até o prazo máximo de 20 anos, a contar de 29 de dezembro de 2019.

Como parte do plano para sua continuidade operacional, a Battre e a Prefeitura de Salvador – BA permanecem em processo de discussão das condições da renovação de longo prazo do referido contrato.

d) Logística Ambiental de São Paulo S. A. (“LOGA”)

A controlada indireta Logística de São Paulo Ambiental S.A. (“LOGA”) é titular do contrato de concessão nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004 com a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (“AMLURB”), cujo objeto é a concessão dos serviços divisíveis de limpeza urbana, prestados na área geográfica descrita como “Agrupamento Noroeste”.

Após o transcurso do primeiro quinquênio do contrato, visando dar cumprimento à cláusula 15 que estabelece a necessidade de “revisão ordinária das tarifas praticadas e de sua fidelidade à equação econômico-financeira inicial do contrato a cada 5 anos da concessão, foi contratado pela AMLURB um estudo independente para apuração do valor do desequilíbrio existente. Em 26 de dezembro de 2012, foi celebrado entre as partes o Termo de Compromisso Ambiental (“TCA 2012”), que readequou a tarifa e marcos contratuais e, adicionalmente, em função de eventos ocorridos entre os anos de 2010 e 2012, 6º e 7º ano da concessão, também estabeleceu um reajuste extraordinário adicional de 3% a ser aplicado a partir de 13 de outubro de 2010. Paralelamente, no mesmo ano de 2012, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (“TCM- SP”) deu início a uma série de processos de auditoria voltados ao acompanhamento da execução do contrato de concessão e, em 13 de maio de 2016, em decisão monocrática e liminar, determinou à AMLURB que se abstivesse de fazer a aplicação do reajuste acordado para outubro de 2010.

Finalmente, em 2 de setembro de 2020, o TCM de São Paulo, tendo em vista a análise procedida nos estudos realizados, o resultado de reuniões de mesas técnicas, e da contratação de consultores independentes, bem como das informações e esclarecimentos prestados pela AMLURB, houve por bem revogar a citada medida liminar, com o que se consumou o direito incondicional da LOGA ao recebimento do crédito originário de referido desequilíbrio.

Entretanto, tendo em vista que, até o momento, não há indicação da SP-REGULA, atual agência reguladora do Contrato de Concessão, sobre o prazo e a forma como tal direito, retroativo a outubro de 2010, será recebido pela LOGA, como consequência nada foi reconhecido nestas demonstrações financeiras. O tema não sofreu mudanças para 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2023.

e) Vega Engenharia Ambiental S.A. (“Sucursal Bolívia”)

Em fevereiro de 2022, a Administração da Sucursal Bolívia, considerando o término do prazo do único contrato do qual era titular, em alinhamento com a Administração da Vega, estruturou o plano de encerramento das atividades, que seria implementado nos meses seguintes. No entanto, em abril de 2022, a Sucursal assinou com a contratante Emacruz um aditivo ao contrato de mais 8 meses, dando continuidade à prestação dos serviços até o mês de dezembro de 2022.

À data de emissão destas demonstrações financeiras, não há previsão de execução de novos serviços ou de assinatura de novo contrato com o mesmo ou outro cliente, o que sustentou o posicionamento da Administração no sentido do encerramento de atividades da Sucursal, com a consequente adoção da base contábil de liquidação em dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, restam pendentes de recebimento junto ao cliente faturas a receber no valor de R\$70.151. A Administração da Sucursal não espera perdas na realização desse Contas a Receber, cujo prazo de recebimento pode se estender, o que pode fazer com que, em parte ao menos, dependa de processos que tramitem sob os ritos cabíveis naquele país.

A Sucursal possuía ainda, em 31 de dezembro de 2023 um contas a pagar a fornecedores no valor de R\$32.161.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3 Operação Gramacho e seus reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A controlada indireta Guamá é proprietária e opera a Central de Processamento e Tratamento de Resíduos Urbanos - CPTR Marituba-Pará (“Aterro Marituba”). O Aterro Marituba iniciou suas atividades em 2015 e oferece solução para a destinação final de resíduos domiciliares dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba no Estado do Pará. O Aterro Marituba é o primeiro aterro sanitário regional da Região Norte e sua abertura permitiu a destinação final de resíduos anteriormente destinados ao “Lixão do Aurá”, atendendo a vigente Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.

Em razão de questões de natureza ambiental vinculadas à operação do Aterro Marituba, a Guamá, suas controladoras e alguns executivos e ex-executivos dessas entidades respondem ações judiciais. Em sua defesa, a Guamá demonstra que com base em laudos de monitoramento regularmente reportados ao órgão licenciador e de consultores especializados em meio ambiente e saúde, não houve contaminação atmosférica, de solo ou de águas e tampouco aumento de incidência de doenças que pudesse ser atribuído a uma contaminação causada pelo Aterro Marituba – frisamos, não constatada pelos especialistas.

Por força de Acordo firmado em agosto de 2021 (“Acordo”), em processo estrutural tramitado perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (“TJPA”), com a participação do Estado do Pará, representado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS (órgão regulador), Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE/Pará, das Prefeituras de Ananindeua e Belém, e da própria Guamá, coube à esta a obrigação de recebimento dos resíduos das referidas municipalidades até 31.ago.2023 e aos entes públicos as nominadas “medidas para implantação de nova solução de tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos”.

Seguidas decisões liminares ainda em 2023, todas obtidas pela Prefeitura Municipal de Belém, obrigam a Guamá a continuar a realizar investimentos para receber resíduos até fevereiro/2025, o que foi objeto de recurso da Guamá, ainda sem julgamento.

Em paralelo a Prefeitura de Belém licitou os serviços de coleta e tratamento de resíduos e homologou a vitória de um dos concorrentes, sem relação com as Empresas do Grupo Solví.

Na referida licitação está previsto que caberá ao vencedor (“Concessionária”) a destinação adequada de resíduos que deverá ser realizada em Aterro Sanitário licenciado, a ser subcontratado pela Concessionária até a efetiva implantação de nova Central de Tratamento e Destinação Final de Resíduos de Belém, sendo o Aterro Marituba o único na região que atenderia a tal exigência.

Desta forma e enquanto não revertida referida decisão judicial, a Guamá segue recebendo e tratando adequadamente os resíduos das referidas municipalidades e sendo financiada pela controladora Revita Engenharia S.A, para que possa continuar operando.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 24 de abril de 2024.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2

Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle obtido quando estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo Solví e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando o Grupo Solví estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo Solví controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando o Grupo Solví tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, o Grupo Solví considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo Solví (investidor).

O Grupo Solví avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo Solví obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo Solví deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo Solví obtiver controle até a data em que o Grupo Solví deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Solví, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo Solví. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo Solví, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o Grupo Solví perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas, Controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Vide nota 14.2.

2.4 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas realizadas ou não, derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

2.5 Apresentação de informação por segmento

Um segmento operacional é um componente de entidade: (a) que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade); (b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (c) para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais que é o Conselho de Administração, na qual analisa itens da demonstração de lucros ou perdas e outros resultados abrangentes. O Conselho de Administração considera toda a Companhia como um único segmento operacional e reportável (manejo de resíduo sólidos), todos os relatórios são feitos e analisados de maneira consolidada pelo Conselho de administração, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos, planejamento financeiro e estratégico e avaliação de desempenho com base em um único segmento operacional. O Conselho de Administração analisa os dados financeiros relevantes para a Companhia e suas controladas. A receita, os resultados e os ativos da Companhia para este segmento reportável podem ser determinados por referência pelas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente e balanço patrimonial.

2.6 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- É esperado que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7 Contas a receber de clientes e perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.8 Receita de contratos com clientes

A receita é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem o controle dos serviços ou produtos para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em troca desses serviços. A Companhia e suas controladas concluem que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. O Grupo Solví aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

- 1- identificação dos contratos com o cliente;
- 2- identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
- 3- determinação do preço da transação;
- 4- alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
- 5- reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

2.9 Receita de serviços prestados – Resíduos

As receitas relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas no regime de competência, com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, mensais, de acordo com os parâmetros de mensuração e preços estabelecidos em cada contrato.

• Venda de biogás

O biogás vendido é utilizado como combustível para geração de energia limpa e sustentável em termelétrica a biogás de aterro.

A Companhia reconhece a receita de acordo com o montante fornecido de biogás, que é medido através de um relógio instalado nos dutos de captação de biogás dos aterros, gerando um relatório de medição para a aprovação do cliente.

• Venda de crédito de carbono

As receitas provenientes da venda de créditos de carbono, advém da geração de créditos de carbono por meio de queima controlada de biogás.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita apenas na efetiva transferência dos créditos de carbono ao cliente, que somente é concretizada após a emissão das RCE's (Reduções Certificadas de Emissões).

• Manufatura reversa

As receitas de manufatura reversam advém do processo de destruição/descaracterização de produtos e

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

equipamentos eletrônicos, como placas eletrônicas e catalisadores automotivos, a fim de se segregar seus componentes, como metais e outros insumos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita apenas na efetiva entrega dos materiais vendidos ao cliente.

- **Geração de energia**

As receitas com a venda de energia elétrica advém da geração de energia limpa e sustentável, que utiliza como combustível o biogás de aterros sanitários.

As receitas são reconhecidas no momento em que os direitos sobre a energia são transferidos para um cliente.

2.10 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem o reconhecimento de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos, títulos emitidos e juros sobre mútuo e são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

2.11 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

2.12 Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42/IAS 29) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações e entidades do Grupo Solví na Argentina, considerando os efeitos da hiperinflação, a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação). A classificação da Argentina como economia hiperinflacionária continua vigente até a emissão destas demonstrações financeiras.

De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações financeiras de uma entidade, cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

O Grupo Solví mantém investimentos em duas controladas em conjunto LimpAr Rosário S.A. ("LimpAr") e Logística Ambiental Mediterrânea S.A. ("LAM"). Os efeitos decorrentes da adequação ao CPC 42/IAS 29 foram levados ao Grupo Solví por intermédio da equivalência patrimonial, resultando em impactos de um ganho de R\$20.840 até 31 de dezembro de 2023 refletidos na controladora do Grupo Solvi, a "Solví Participações" (perda de R\$527 em 2022).

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13 Benefícios a empregados

• Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

• Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

• Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

• Assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários e seus dependentes legais, cuja lei 9.656/98 estabelece regras sobre os planos e seguros privados de assistência médica. Para a continuidade da cobertura do plano pelo colaborador com vínculo empregatício, que contribuiu ao plano por um período também estabelecido na lei, podendo permanecer com o benefício pós-emprego, desde que assuma integralmente as suas contribuições (incluindo da parte da empresa), quando do seu desligamento por demissão sem justa causa. O direito ao benefício vitalício é condicionado à permanência do colaborador no emprego até a idade da aposentadoria, e que tenha contribuído para o

plano coletivo de assistência médica nas modalidades do plano vigente à época por mais de dez anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Em ambos os tipos de benefícios (Aposentadoria ou Desligamento Sem Justa Causa), os custos são integralmente arcados pelos ex-empregados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

2.14 Tributos e encargos sociais a recolher

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15 Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

2.16 Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores apurados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais o ativo será utilizado. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

2.17 Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.18 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas (almoxarifado) - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração (sucata) - custo dos materiais diretos e mão de obra.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.19 Imobilizado

(a) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(c) Depreciação

A depreciação é calculada para depreciar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(d) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos.

A Companhia e suas controladas devem cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas.

(e) Direito de uso

Reconhecimento da estimativa do valor presente dos pagamentos dos passivos de arrendamento calculados de acordo com os requerimentos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos. Vide nota explicativa nº 16.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

2.20 A Companhia e suas controladas como arrendatária

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

2.21 Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia e suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

utilizando a vida útil estimada do ativo.

2.22 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

2.23 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.24 Ativos intangíveis e ágio

a) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O ágio não é amortizado.

b) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

c) Softwares

Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens.

d) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis estão descritas na nota explicativa nº 17.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.25 Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado de acordo com o modelo de negócio definido pela Administração da Companhia e de suas controladas e após a realização do teste se o fluxo de caixa do ativo é de coletar somente o pagamento do principal e juros ou se há outros elementos neste fluxo de caixa ("Teste SPPJ"). A depender do modelo de negócios e do resultado do Teste SPPJ, os ativos financeiros são mensurados: ao custo amortizado ("CA"); ao valor justo por meio de outros resultados abranges ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócio para a gestão do ativo financeiro, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao CA se atender ambas as condições a seguir e não for designado a ser mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda destes ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial (ações ou cotas de participação) que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por mensurar esse ativo financeiro ao VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao CA ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados e mensurados ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente para coletar os pagamentos de principal e de juros (“Teste SPPJ”)

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor ‘principal’ em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideraram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideraram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a CA	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda O não reconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. O não reconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas não reconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também não reconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

O não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos ou realizaram designações de contabilidade de hedge nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

f) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.26 Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Companhia e suas controladas determinam as variações de risco de crédito da de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos.

O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de autuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostos ao risco de crédito.

2.27 Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados na menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.28 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos.

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros sanitários

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37 e o ICPC 12/IFRIC1. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo; e
- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

Provisão para transporte e tratamento de chorume

A provisão consiste na estimativa de gastos a serem incorridos, no período subsequente, para tratamento do chorume existente em lagoas nos aterros, bem como para o transporte do mesmo nos casos em que o tratamento for feito por terceiros, constituída tendo como base o custo médio de transporte e tratamento e com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m³ do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados.

2.29 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia e suas controladas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionado) na data em que são aprovados pelos acionistas, em

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 12.

2.30 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

O Grupo Solví aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo Solví decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Solvi.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Solvi.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo Solvi.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Solvi.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Solví, pois o Grupo Solví não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

2.31 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo Solví, estão descritas a seguir. O Grupo Solví pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo Solví.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Grupo Solvi está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

a. Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afeitas à aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 – Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperadas para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº 14 – Consolidação: Determinação se a Companhia e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 14 – Equivalência patrimonial em investidas: Determinação se a Companhia e suas controladas detêm influência significativa ou controle em conjunto sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 14 – Classificação de negócios em conjunto;
- Nota explicativa nº 16 – Arrendamento: Determinação se um contrato contém um arrendamento; e
- Notas explicativas nº 15 e 17 – Imobilizado e intangível - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização.
- Notas explicativas nº 15 e 17 – Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento e ágio.
- Nota explicativa nº 24 – Reconhecimento e mensuração para provisões de fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para transporte e tratamento de chorume e provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionadas acima no item (a).:

4 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo Solví para cada um dos riscos abaixo, os objetivos do Grupo Solví, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital do Grupo Solví.

As atividades do Grupo Solví o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco em contratos públicos e risco de preço e cotacional), risco de crédito e risco de liquidez. Compete à Diretoria Financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que são aprovadas e acompanhadas pelo Conselho de Administração.

O Grupo Solví não possui instrumentos financeiros derivativos nas datas objeto destas demonstrações financeiras.

b. Risco de mercado

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo Solví ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais do Grupo Solví (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo Solví) e aos investimentos líquidos do Grupo Solví em controladas no exterior.

As operações efetuadas pelo Grupo Solví no mercado interno não são afetadas pela variação cambial. As operações originadas das controladas diretas e indiretas no exterior são realizadas em outras moedas diferentes do Real e estão expostas ao risco de variação cambial. Esse risco é limitado aos valores reconhecidos pelo Grupo Solví em investimentos e resultado de equivalência patrimonial.

Abaixo apresentamos os principais valores na moeda funcional, que poderão sofrer alterações decorrentes da flutuação da cotação das moedas: novo sol peruano (SOL), boliviano (BOB) e peso argentino (ARS).

	31 de dezembro de 2023					
	Vega			Cia		
	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Sucursal Argentina	Cia de Inversiones	Innova Perú	Vega Perú
Ativo	1.113	84.323	20.494	169.347	157.581	157.430
Ativo circulante	1.043	71.454	2.469	6.562	111.443	94.944
Ativo não circulante	44	12.869	-	65.111	4.911	13.236
Ativo permanente	26	-	18.025	97.674	41.227	49.250
Passivo	1.113	84.323	20.494	169.347	157.581	157.430
Passivo circulante	27.046	67.415	106	412	88.820	3.028
Passivo não circulante	6.718	-	-	688	10.698	63.064
Exposição	(32.651)	16.908	20.388	168.247	58.063	91.338
Moeda local	SOL	BOB	ARS	SOL	SOL	SOL

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2022					
	Vega		Cia			
	Sucursal Peru	Sucursal Bolívia	Sucursal Argentina	Cia de Inversiones	Innova Perú	Vega Perú
Ativo	1.183	149.460	35.234	145.973	138.201	135.005
Ativo circulante	1.104	135.606	7.929	5.010	94.419	69.579
Ativo não circulante	33	13.854	-	63.911	3.442	15.180
Ativo permanente	46	-	27.305	77.052	40.340	50.246
Passivo	1.183	149.460	35.234	145.973	138.201	135.005
Passivo circulante	26.892	124.111	279	449	73.613	3.204
Passivo não circulante	7.029	-	4.506	734	5.672	61.379
Exposição	(32.738)	25.349	30.449	144.790	58.916	70.422
Moeda local	SOL	BOB	ARS	SOL	SOL	SOL

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas nos exercícios indicados abaixo:

Cotações em relação ao R\$	2023		2022	
	Final	Média	Final	Média
Sol Peruano (SOL)	1,32	1,31	1,38	1,35
Boliviano (BOB)	0,71	0,71	0,76	0,76
Peso argentino (ARS)	0,01	0,01	0,03	0,04

Análise de sensibilidade

Uma valorização (ou desvalorização) do peso argentino, dólar norte-americano, sol peruano e boliviano contra o Real afeta a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e aumenta (ou reduz) o patrimônio, cuja sensibilidade é apresentada considerando o cenário abaixo.

O cenário I é considerado pela administração do Grupo Solví com o mais provável, considerando a manutenção dos saldos e os cenários II e III que foram estimados com uma valorização dos câmbios em 25% e 50% respectivamente. Já os cenários IV e V estimam a desvalorização dos câmbios de 25% e 50%, respectivamente, de acordo com os montantes demonstrados abaixo:

Exposição Patrimonial	Exposição Patrimonial Líquido (em R\$)	Cotação do câmbio em relação ao R\$	Consolidado – 31 de dezembro de 2023				
			Efeito no Resultado por Cenário				
			I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
SOL	284.997	0,76	284.997	356.246	427.496	(356.246)	(427.496)
BOB	16.908	1,42	16.908	21.135	25.362	(21.135)	(25.362)
ARS	20.388	166,89	20.388	25.485	30.582	(25.485)	(30.582)
Efeito			322.293	402.866	483.440	(402.866)	(483.440)

Exposição Patrimonial	Exposição Patrimonial Líquido (em R\$)	Cotação do câmbio em relação ao R\$	Consolidado - 31 de dezembro de 2022				
			Efeito no Resultado por Cenário				
			I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
SOL	241.390	0,73	241.390	301.738	362.085	(301.738)	(362.085)
BOB	25.349	1,31	25.349	31.686	38.024	(31.686)	(38.024)
ARS	30.449	33,78	30.449	38.061	45.674	(38.061)	(45.674)
Efeito			297.188	371.485	445.783	(371.485)	(445.783)

Esta análise é baseada em hipótese que o Grupo Solví considera para a variação das taxas de câmbio das moedas dos países em que o Grupo Solví opera, considerando um ganho no resultado pela valorização do Real ou uma perda no resultado pela desvalorização do Real, perante as demais moedas.

c. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros do Grupo Solví decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TJLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um *spread* pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós- fixadas em 12% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2023 (14% em 2022), conforme abaixo.

Controladora 2023

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2023	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	4	CDI e TJLP	-
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	4		
Efeito no resultado			-

Consolidado 2023

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2023	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	222.337		25.902
Títulos e valores mobiliários (NE 7)	9.789	CDI, TJPL e IPCA	1.646
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 19 e 20)	(1.667.523)		(194.266)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(1.435.397)		
Efeito no resultado			(166.718)

Controladora 2022

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2022	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	13.048		1.520
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 19 e 20)	(266)	CDI e TJLP	(31)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	12.782		
Efeito no resultado			1.489

Consolidado 2022

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2022	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (NE 6)	340.005		39.611
Títulos e valores mobiliários (NE 7)	15.254	CDI, TJPL e IPCA	2.565
Empréstimos, financiamentos e debêntures (NE 19 e 20)	(1.500.503)		(174.809)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(1.145.244)		
Efeito no resultado			(132.633)

O Grupo Solví monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir uma dívida.

d. Risco de preços

Nos contratos de concessão/PPP e nos contratos com municípios firmados sob legislação vigente, os preços dos serviços prestados são reajustados anualmente com base na variação de um índice de preços ou de uma fórmula paramétrica que leva em consideração a inflação dos custos dos insumos necessários à prestação dos serviços, que constituem o objeto contratual. Os contratos contêm também cláusulas correspondentes ao direito legal do contratado à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

e. Risco em contratos públicos

O risco de contrato de concessão está atrelado a possíveis falhas no cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como ao respeito aos direitos por parte do contratante.

f. Concentração de receitas

Conforme comentado anteriormente, parte das receitas com prestações de serviços é advinda de controladas constituídas com o propósito específico de executar serviços de limpeza, de coleta, tratamento e destinação final de resíduos para uma única municipalidade, possuindo, portanto, um único cliente. Por se tratar de serviços essenciais, o risco do Grupo Solví deixar de receber de seus clientes pode ser considerado baixo. Atrasos temporários de recebimento por questões de caixa ou orçamentárias dos contratantes podem ocorrer, mas o Grupo Solví não sofreu, nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, perdas relevantes de créditos de clientes públicos.

g. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco do Grupo Solví incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo Solví

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(vide NE nº 8).

Para mitigar o risco de possibilidade do Grupo Solví ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, o Grupo Solví adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Em relação ao contas a receber de clientes, a composição representa 81% privados e 19% públicos. O Grupo Solví realiza uma análise de liquidez do potencial contratante antes de formalizar sua proposta em processo licitatório, a fim de minimizar o risco de crédito no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes, o Grupo Solví limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de vencimento e ações de cobrança que chegam à suspensão do serviço prestado a partir de determinado número de dias de inadimplência. A diversificação da carteira de clientes contribui adicionalmente, para a mitigação do risco de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	4	13.048	222.337
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	9.789
Contas a receber de clientes	8	1.467	-	740.822
Dividendos a receber	12	32.085	43.341	4.485
Mútuos a receber partes relacionadas	22	25.975	10.320	14.886
Ativo financeiro de concessão	34.2	-	-	7.898
Outras contas a receber	9	4	3.738	46.268
	59.535	70.447	1.046.485	1.082.393

Em 31 de dezembro de 2023	Controladora							PCLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	-	-	1.467	-	1.467
Dividendos a receber	32.085	-	-	-	-	-	-	-	32.085
Mútuos a receber partes relacionadas	25.975	-	-	-	-	-	-	-	25.975
Outras contas a receber	4	-	-	-	-	-	-	-	4
	58.068	-	-	-	-	-	1.467	-	59.535

Em 31 de dezembro de 2022	Controladora							PCLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	13.048	-	-	-	-	-	-	-	13.048
Dividendos a receber	43.341	-	-	-	-	-	-	-	43.341
Mútuos a receber partes relacionadas	10.320	-	-	-	-	-	-	-	10.320
Outras contas a receber	3.738	-	-	-	-	-	-	-	3.738
	70.447	-	-	-	-	-	-	-	70.447

Em 31 de dezembro de 2023	Consolidado							PCLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias		
Caixa e equivalentes de caixa	222.337	-	-	-	-	-	-	-	222.337
Títulos e valores mobiliários	9.789	-	-	-	-	-	-	-	9.789
Contas a receber de clientes	370.867	68.814	32.373	3.534	25.168	50.750	245.055	(55.739)	740.822
Dividendos a receber	4.485	-	-	-	-	-	-	-	4.485
Ativo financeiro de concessão	7.898	-	-	-	-	-	-	-	7.898
Mútuos a receber partes relacionadas	14.886	-	-	-	-	-	-	-	14.886
Outras contas a receber	46.268	-	-	-	-	-	-	-	46.268
	676.530	68.814	32.373	3.534	25.168	50.750	245.055	(55.739)	1.046.485

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado								PCLD	Valor contábil
	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias			
Em 31 de dezembro de 2022										
Caixa e equivalentes de caixa	340.005	-	-	-	-	-	-	-	-	340.005
Títulos e valores mobiliários	15.254	-	-	-	-	-	-	-	-	15.254
Contas a receber de clientes	403.255	60.292	5.423	32.770	7.253	15.260	198.958	(53.264)	669.947	
Dividendos a receber	4.316	-	-	-	-	-	-	-	-	4.316
Ativo financeiro de concessão	15.751	-	-	-	-	-	-	-	-	15.751
Mútuos a receber partes relacionadas	6.425	-	-	-	-	-	-	-	-	6.425
Outras contas a receber	30.695	-	-	-	-	-	-	-	-	30.695
	815.701	60.292	5.423	32.770	7.253	15.260	198.958	(53.264)	1.082.393	

h. Risco de liquidez

A liquidez do Grupo Solví depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que o Grupo Solví disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações.

O quadro abaixo analisa os passivos do Grupo Solví, por faixas de vencimento, que compreende o período remanescente entre a data da demonstração financeira e a data contratual do vencimento.

	Controladora						Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado		
Em 31 de dezembro de 2023							
Fornecedores e outras contas a pagar	281	-	-	-	-	281	281
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	25.194	-	-	-	25.194	25.194
	281	25.194				25.475	25.475
	Controladora						Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado		
Em 31 de dezembro de 2022							
Empréstimos e financiamentos (a)	268	-	-	-	-	268	266
Fornecedores e outras contas a pagar	2.904	-	-	-	-	2.904	2.904
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	21.096	-	-	-	21.096	21.096
	3.172	21.096				24.268	24.266
	Consolidado						Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado		
Em 31 de dezembro de 2023							
Empréstimos e financiamentos (a)	162.590	95.889	167.150	77.252	502.881	406.696	
Fornecedores e outras contas a pagar	253.026	7.461	-	-	260.487	260.487	
Debêntures (a)	307.506	426.741	734.600	562.399	2.031.246	1.260.827	
Passivo de arrendamento	20.330	19.144	28.055	22.860	90.389	90.389	
	743.452	549.235	929.805	662.511	2.885.003	2.018.399	
	Consolidado						Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado		
Em 31 de dezembro de 2022							
Empréstimos e financiamentos (a)	72.275	307.613	151.812	13.114	544.814	430.428	
Fornecedores e outras contas a pagar	230.928	16.359	-	-	247.287	247.287	
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	2.803	-	-	2.803	2.803	
Debêntures (a)	43.702	321.653	464.422	455.289	1.285.066	1.070.075	
Passivo de arrendamento	21.337	34.612	25.643	18.258	99.850	99.850	
	368.242	683.040	641.877	486.661	2.179.820	1.850.443	

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

i. Gerenciamento de capital

Os objetivos do Grupo Solví durante o processo de administração do seu capital é garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, o Grupo Solví, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital.

O Grupo Solví utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para comparação com parâmetros de mercado.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos e financiamentos, debêntures	-	266	1.667.523	1.500.503
Fornecedores e outras contas a pagar	281	2.904	260.487	247.287
Total Endividamento	281	3.170	1.928.010	1.747.790
(-) Caixa e caixa equivalente	(4)	(13.048)	(222.337)	(340.005)
(=) Endividamento líquido (a)	277	(9.878)	1.705.673	1.407.785
Patrimônio líquido	1.034.520	1.075.416	1.170.140	1.197.934
Capital social e endividamento líquido (b)	1.034.797	1.065.538	2.875.813	2.605.719
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	0%	(1%)	59%	54%

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão demonstrados a seguir:

	Controladora					
	2023		2022			
Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	4	4	13.048	13.048
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	1.467	1.467	-	-
Outras contas a receber		Custo amortizado	4	4	3.738	3.738
Mútuo a receber de partes relacionadas		Custo amortizado	25.975	25.975	10.320	10.320
Total			27.450	27.450	27.106	27.106
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	281	281	2.904	2.904
Mútuo a pagar a partes relacionadas		Custo amortizado	25.194	25.194	21.096	21.096
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	-	-	266	204
Total			25.475	25.475	24.266	24.204

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022			
Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	222.337	222.337	340.005	340.005
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	740.822	740.822	669.947	669.947
Outras contas a receber		Custo amortizado	46.268	46.268	30.695	30.695
Mútuo a receber de partes relacionadas		Custo amortizado	14.886	14.886	6.425	6.425
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	VJR	9.789	9.789	15.254	15.254
Ativo financeiro		Custo amortizado	7.898	7.898	15.751	15.751
Total			1.042.000	1.042.000	1.078.077	1.078.077
Passivos financeiros:						
Fornecedores e outras contas a pagar		Custo amortizado	260.487	260.487	247.287	247.287
Empréstimos e financiamentos		Custo amortizado	406.696	403.125	430.428	430.160
Debêntures		Custo amortizado	1.260.827	1.257.840	1.070.075	1.092.726
Mútuo a pagar a partes relacionadas		Custo amortizado	-	-	2.803	2.803
Passivo de arrendamento		Custo amortizado	90.389	90.389	99.850	99.850
Total			2.018.399	2.011.841	1.850.443	1.872.826

k. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo Solví requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, conforme aplicável.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo Solví usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e

Nível 3 – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

- São reconhecidas as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.
- São revisados regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então o Grupo Solví analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos que se aproximam aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo;
- As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, o Grupo Solví entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis;
- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, representam seus valores justos;
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes;
- Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e Caixa Econômica Federal (“CEF”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos financiamentos;
- As debêntures têm seu valor justo calculado pela atualização de indicadores de mercado.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

5 Aspectos ambientais

As operações do Grupo Solví estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são mitigados por procedimentos

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

operacionais e controles, que se traduzem em custos contínuos que são computados nos resultados correntes de cada período e em investimentos em equipamentos e sistemas de controle e detecção de anomalias, que são ativados.

O Grupo Solví realiza mensalmente provisão para fechamento dos aterros e para gastos no período de pós-fechamento para monitoramento e tratamento dos gases e percolado na área pelo prazo de 20 anos após o seu fechamento.

O Grupo Solví mantém também provisão para perdas em processos relacionados a questões ambientais.

6 Caixa e equivalentes de caixa

São compostas como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	4	9	21.456	67.946
Certificado de depósito bancário (CDB)	-	13.039	200.881	272.059
	4	13.048	222.337	340.005

Em 31 de dezembro de 2022 os Certificados de Depósitos Bancários têm liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 93,33% do CDI (79,19% do CDI em 31 de dezembro de 2022), não estando sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

7 Títulos e valores mobiliários

São compostas como seguem:

	Consolidado	
	2023	2022
Circulante	318	372
Não circulante	9.471	14.882
	9.789	15.254

O Grupo Solví cedeu depósitos bancários à vista no montante de R\$9.879 do consolidado para garantia de empréstimos bancários. Estão registrados como aplicações financeiras na modalidade CDB e possuem remuneração atrelada à variação média de 98,70% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,92% em 31 dezembro de 2022).

A exposição do Grupo Solví aos riscos de taxas de juros e de liquidez é divulgada na NE n 4 (c).

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Contas a receber de clientes

São compostas como segue:

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Clientes públicos:				
Valores faturados	-	-	359.808	316.389
Medições a faturar	-	-	286.280	168.981
	-	-	646.088	485.370
Clientes privados:				
Valores faturados	1.467	-	97.014	98.232
Medições a faturar	-	-	53.364	118.233
Crédito de carbono	-	-	3.633	18.598
	1.467	-	154.011	235.063
Perdas de crédito esperada	-	-	(55.739)	(53.264)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(5.090)	-
Partes relacionadas	22	-	1.552	2.778
Total	1.467	-	740.822	669.947
Circulante	1.467	-	608.860	506.636
Não circulante	-	-	131.962	163.311

O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"). O *aging list* do contas a receber é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Valores a vencer	-	-	370.867	403.255
<i>Vencidos:</i>				
Até 30 dias	-	-	68.814	60.292
Entre 31 e 60 dias	-	-	32.373	5.423
Entre 61 e 90 dias	-	-	3.534	32.770
Entre 91 e 180 dias	-	-	25.168	7.253
Entre 181 e 360 dias	-	-	50.750	15.260
Acima de 360 dias	1.467	-	245.055	198.958
PECLD	-	-	(55.739)	(53.264)
	1.467	-	740.822	669.947

A avaliação da perda de crédito esperada é realizada para a carteira de clientes e foi constituída com base em análises de riscos de crédito, que contemplam o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos.

A Companhia e suas controladas não possuem histórico de perdas com clientes públicos, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que a Companhia e suas controladas tenham histórico de atrasos no contas a receber de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis. Para os clientes públicos vencidos, a Companhia e suas controladas avaliam os créditos em aberto mensalmente e ações judiciais de cobranças são iniciadas após avaliação da diretoria financeira e da diretoria de operações de negócios.

A provisão constituída refere-se substancialmente a recebíveis junto a clientes privados. Não há expectativa de perdas de crédito com clientes públicos.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	(53.264)	(55.796)
Variação cambial	(1.258)	1.389
Provisão do exercício	(13.546)	(21.935)
Reversão do exercício	12.329	23.078
Saldo final	(55.739)	(53.264)

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber venda de investida (a)	-	-	6.057	6.942
Folha de pagamento	-	-	18.441	8.421
Seguros a apropriar e licenças	4	262	7.229	7.864
Mútuo conversível para startups (b)	-	-	3.000	3.000
Outras contas a receber	-	3.476	11.541	4.468
	4	3.738	46.268	30.695
Circulante	4	325	25.274	15.855
Não circulante	-	3.413	20.994	14.840

a) Refere-se ao valor justo a receber pela venda da participação societária na investida Hekos (antiga BOB).

b) Refere-se ao valor de adiantamento para futuro aumento de capital nas investidas.

10 Estoques

	Consolidado	
	2023	2022
Materiais de consumo	59.846	57.396
Remessa para industrialização externa	932	7.314
Sucata eletrônica	700	5.495
	61.478	70.205

11 Ativos não circulantes mantidos para venda

Refere-se a imóvel rural localizado no Município de Pelotas – RS, de propriedade da controlada indireta CRVR, originalmente adquirido para fins do desenvolvimento de projeto que não se viabilizou, anteriormente registrado no ativo imobilizado por R\$1.470. O Imóvel foi objeto de um Contrato de Promessa de Compra e Venda a um terceiro, tendo a empresa recebido adiantamento de 50% do valor da venda. Aguarda-se a conclusão dos trâmites burocráticos, para conclusão da transação e transferência da propriedade.

12 Dividendos a receber e a pagar

O estatuto social ou em alguns casos específicos quando mencionado no contrato social da Companhia e de suas controladas determinam a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório sobre o resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente.

Os dividendos a receber e a pagar são compostos como seguem:

Dividendos a receber	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Controladas:				
Solví Essencis Ambientais S.A.	12.740	12.740	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.	2.354	13.429	-	-
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	-	-	10	10
Compañía de Inversiones Ambientales S.A.	408	440	-	-
Revita Engenharia S.A.	16.583	16.732	-	-
Controladas em conjunto:				
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	1.369	1.515
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	2.301	2.301
Biotérmica Energia S.A.	-	-	620	490
Logistica Ambiental Mediterranea S.A.	-	-	59	-
LimpAr Rosário	-	-	126	-
	32.085	43.341	4.485	4.316
Circulante	16.285	43.341	3.646	3.477
Não circulante	15.800	-	839	839

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ecovida Ambiental S.A. (Innova Ambiental S.A.)	-	-	18.294	13.557
C.F.C.R (Riograndense Participações S.A.)	-	-	8.181	8.824
Vital Engenharia S.A. (Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.)	-	-	3.889	3.889
(Latte) Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga	-	-	16.862	6.180
Lara Central de Tratamento de Resíduos Ltda. (SBC Valorização de Resíduos S.A.)	-	-	10.078	9.805
	-	-	57.304	42.255
Circulante	-	-	47.225	42.255
Não circulante	-	-	10.079	-

13 Impostos a recuperar

São compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
INSS	-	-	8.820	11.377
Pis e Cofins	409	12	39.205	33.715
IRPJ	2.254	-	69.866	53.233
CSLL	7	-	15.970	12.480
ICMS	-	-	6.517	7.990
Outros impostos	6	2.163	3.257	4.386
	2.676	2.175	143.635	123.181
Circulante	2.676	12	92.605	27.847
Não circulante	-	2.163	51.030	95.334

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Investimentos

14.1 Relação das empresas do Grupo Solví organizadas por investida

Empresas	Atividade principal	Local principal de operação	Classificação	Participação %	
				31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Solví Participações S.A.					
Solví Essencis Ambientais S.A.	Resíduos sólidos (tratamento e destinação final)	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Betim-MG	Controlada em Conjunto	66,67%	66,67%
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Joinville-SC	Controlada em Conjunto	54,00%	54,00%
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Capela de Santana-RS	Controlada	100,00%	100,00%
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP e Rio de Janeiro- RJ	Controlada	100,00%	100,00%
Emergencial Emergencias Ambientais Ltda	Manejo de resíduos sólidos	Rio Grande-RS	Controlada	100,00%	100,00%
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	Peru	Controlada	100,00%	100,00%
Vega Peru S.A.	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	Peru	Controlada	100,00%	100,00%
Innova Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Peru	Controlada	70,00%	70,00%
Ambitotal S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Peru	Controlada	70,00%	70,00%
Solví Saneamento Ltda.	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Ess Environmental Smart Soluções Tecnológicas Ltda (a)	Soluções em tecnologia	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Vega Engenharia Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Vega Sucursal Perú	Manejo de resíduos sólidos	Lima - Peru	Controlada	100,00%	100,00%
Vega Sucursal Bolivia	Manejo de resíduos sólidos	Santa Cruz de la Sierra - Bolívia	Controlada	100,00%	100,00%
Ingenieria Y Gestión Ambiental de Resíduos S.A. - IGAR	Desenvolvimento de novos negócios na área manejo de resíduos sólidos	Bolívia	Controlada	99,98%	99,98%
Vega Sucursal Argentina	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	Argentina	Controlada	100,00%	100,00%
LimpAr Rosário S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Rosário - Argentina	Controlada em conjunto	60,00%	60,00%
Logística Ambiental Mediterrânea S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Córdoba - Argentina	Controlada em conjunto	49,00%	49,00%
Revita Engenharia S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	51,00%	51,00%
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	62,35%	62,35%
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Betim-MG	Controlada em Conjunto	51,00%	51,00%
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda	Manejo de resíduos sólidos	Conselheiro Lafaiete - MG	Controlada em Conjunto	51,00%	51,00%
Alfenas Ambiental Trat de Res e Limp Urbana Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Alfenas MG	Controlada em Conjunto	51,00%	51,00%
Resíduo Zero Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Guapó - GO	Controlada em Conjunto	30,60%	30,60%
Riograndense Participações S.A.	Participação em cias de manejo de resíduos sólidos	Porto Alegre-RS	Controlada	70,00%	70,00%
CRVR - Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Minas do Leão-RS	Controlada	70,00%	70,00%
Battre - Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Salvador-BA	Controlada	100,00%	100,00%
São Carlos Ambiental S.A. ("SCA")	Manejo de resíduos sólidos	São Carlos-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Hekos Soluções Ambientais S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Belford Roxo-RJ	Controlada em conjunto	51,00%	51,00%
Rio Grande Ambiental Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A. ("RGA")	Manejo de resíduos sólidos	Rio Grande-RS	Controlada	100,00%	100,00%
Guamá Tratamento de Resíduos Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	Marituba-PA	Controlada	100,00%	100,00%
Essencis BA S.A	Manejo de resíduos sólidos	São Francisco do Conde-BA	Controlada	100,00%	100,00%
Termoverde Salvador S.A.	Valorização energética	Salvador-BA	Controlada	100,00%	100,00%
Termoverde Caiéiras Ltda.	Valorização energética	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	100,00%
Essencis Biometano S.A.	Valorização energética	São Paulo-SP	Controlada	60,00%	60,00%
Biotérmica Energia S.A.	Valorização energética	Minas do Leão-RS	Controlada em conjunto	70,00%	70,00%
Biometano Sul S.A.	Valorização energética	Minas do Leão-RS	Controlada	70,00%	70,00%
SBC Valorização de Resíduos S.A.	Manejo de resíduos sólidos	São B. Campo-SP	Controlada	75,00%	75,00%
SBC Ambiental S.A.	Manejo de resíduos sólidos	Simões Filho-BA	Controlada	77,21%	77,21%
Águas Claras Ambiental – Central de Tratamento e Benf. De Resíduos Ltda	Manejo de resíduos sólidos	Ribeirão das Neves-MG	Controlada em conjunto	100,00%	100,00%
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. – EMTR	Manejo de resíduos sólidos	Coroados -SP	Controlada	27,50%	27,50%
Organosolvi – Soluções Orgânicas para a Vida S.A. (a)	Compostagem de resíduos e Produção de fertilizantes	Salvador-BA	Controlada	100,00%	100,00%
Revita Bahia Ltda.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	0,00%	0,00%
GRI – Gerenciamento de Resíduos Industriais S. A.	Manejo de resíduos sólidos	São Paulo-SP	Controlada	100,00%	0,00%

Solví Participações S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Participação de acionistas não controladores:

31 de dezembro de 2023									
Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A	Riograndense Participações S.A	SBC Valorização de Resíduos S.A	Ingenieria Y Gestión Ambiental - IGAR	Inova Ambiental S.A	Montes Claros	Riograndense Mais valia	Biometano Sul S.A	Total
87.094	729	1	267	-	33.433	-	-	12.856	134.380
56.143	4.278	58.375	20.309	1	13.841	1.338	33.899	12.096	200.280
143.237	5.007	58.376	20.576	1	47.274	1.338	33.899	24.952	334.660
76.406	4.031	10.664	98	-	26.646	-	-	5.933	123.778
15.812	5.716	22.584	11.738	3	3.209	-	-	16.200	75.262
51.019	(4.740)	25.128	8.740	(2)	17.419	1.338	33.899	2.819	135.620
143.237	5.007	58.376	20.576	1	47.274	1.338	33.899	24.952	334.660
51.019	(4.740)	25.128	8.740	(2)	17.419	1.338	33.899	2.819	135.620
40.783	(3.936)	10.731	272	-	10.277	-	-	(309)	57.818
37,65%	49,00%	30,00%	25,00%	0,02%	30,00%	49,00%	30,00%	30,00%	

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado em participação de acionistas não controladores:

	31 de dezembro de 2023									Total
	Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A	Riograndense Participações S.A	SBC Valorização de Resíduos S.A	Ingenieria Y Gestión Ambiental - IGAR	Inova Ambiental S.A	Montes Claros	Riograndense Mais valia	Biometano Sul S.A	
Receita líquida	287.854	-	-	442	-	39.539	-	-	-	327.835
Custo	(212.058)	-	-	16	-	(28.008)	-	-	(49)	(240.099)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(14.326)	(4.068)	13.967	(297)	-	3.268	-	-	(51)	(1.507)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	61.470	(4.068)	13.967	161	-	14.799	-	-	(100)	86.229
Resultado financeiro	(969)	130	(3.236)	138	-	(276)	-	-	(209)	(4.422)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	60.501	(3.938)	10.731	299	-	14.523	-	-	(309)	81.807
Imposto de renda e contribuição social	(19.718)	2	-	(27)	-	(4.246)	-	-	-	(23.989)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	40.783	(3.936)	10.731	272	-	10.277	-	-	(309)	57.818
% de participação no investimento	37,65%	49,00%	30,00%	25,00%	0,02%	30,00%	100,00%	30,00%	30,00%	
31 de dezembro de 2022										
	Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A	Riograndense Participações S.A	SBC Valorização de Resíduos S.A	Ingenieria Y Gestión Ambiental - IGAR	Inova Ambiental S.A	GRI Koleta - Ger.de Resíduos Ind. S.A.	Biometano Sul S.A		Total
Receita líquida	257.232	-	-	552	-	50.173	-	-	-	307.957
Custo	(189.417)	-	(20)	-	-	(31.426)	-	-	-	(220.863)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(12.597)	(6.191)	9.099	244	(1)	(4.168)	-	-	-	(13.614)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	55.218	(6.191)	9.079	796	(1)	14.579	-	-	-	73.480
Resultado financeiro	2.206	312	(1.661)	(288)	-	(271)	-	-	(17)	281
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	57.424	(5.879)	7.418	508	(1)	14.308	-	-	(17)	73.761
Imposto de renda e contribuição social	(19.035)	-	-	(329)	-	(4.296)	-	-	-	(23.660)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	38.389	(5.879)	7.418	179	(1)	10.012	-	-	(17)	50.101
% de participação no investimento	37,65%	49,00%	30,00%	25,00%	0,02%	30,00%	100,00%	30,00%		

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa em participação de acionistas não controladores

	31 de dezembro de 2023									
	Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A	Riograndense Participações S.A	SBC Valorização de Resíduos S.A	Ingenieria Y Gestión Ambiental - IGAR	Inova Ambiental S.A	Montes Claros	Riograndense - Mais valia	Biometano Sul	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	116.991	(2.037)	(19.390)	(422)	(5)	43.597	-	25.834	(4.834)	159.734
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(38.587)	-	-	-	-	(8.853)	-	(67.215)	(22.929)	(137.584)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(100.684)	1.341	19.332	-	-	(26.317)	-	56.609	70.000	20.281
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(22.280)	(696)	(58)	(422)	(5)	8.427	-	15.228	42.237	42.431
	31 de dezembro de 2022									
	Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga	Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A	Riograndense Participações S.A	SBC Valorização de Resíduos S.A	Ingenieria Y Gestión Ambiental - IGAR	Inova Ambiental S.A	Montes Claros	Riograndense - Mais valia	Biometano Sul	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	67.842	8.462	(19.898)	713	3	(21.793)	-	61.102	(6.179)	90.252
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.033)	-	-	-	-	(6.521)	-	(46.641)	(238)	(74.433)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(39.775)	-	19.955	-	-	12.906	-	42.445	6.771	42.302
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.034	8.462	57	713	3	(15.408)	-	56.906	354	58.121

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participação em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

	31 de dezembro de 2023										
	Biotérmica	Essencis MG	Viasolo	Hekos	EMTR	Limpar	Catarinense	Lam	Essencis Biometano	Ambitottal S.A.	Total
Ativo circulante	7.787	33.628	36.968	5.924	3.841	30.741	13.852	11.150	25.154	9	169.054
Caixa e equivalente de caixa	3.803	10.468	4.043	95	3.255	1	5.338	1	24.572	1	51.577
Outras contas a receber	3.984	23.160	32.925	5.829	586	30.740	8.514	11.149	582	8	117.477
Ativo não circulante	57.982	95.685	100.689	49.345	43.991	8.136	29.401	21.922	55.992	-	463.143
Outras contas a receber	5	3.410	26.297	5.975	2.341	-	683	7	-	-	38.718
Investimento	-	-	36.227	-	-	-	-	-	-	-	36.227
Imobilizado	57.977	92.261	38.165	43.370	41.650	7.954	28.717	21.908	55.992	-	387.994
Intangível	-	14	-	-	-	182	1	7	-	-	204
Total do ativo	65.769	129.313	137.657	55.269	47.832	38.877	43.253	33.072	81.146	9	632.197
Passivo circulante	15.055	17.533	30.382	6.209	59	25.205	4.598	11.810	70.113	241	181.205
Empréstimos	11.636	4.285	5.651	3.769	-	12.711	1.485	4.026	65.277	-	108.840
Outras contas a pagar	3.419	13.248	24.731	2.440	59	12.494	3.113	7.784	4.836	241	72.365
Passivo não circulante	46.157	68.272	19.967	7.585	285	206	11.474	965	5	-	154.916
Empréstimos	37.702	11.818	13.631	2.091	-	-	2.900	936	-	-	69.078
Outras contas a pagar	8.455	56.454	6.336	5.494	285	206	8.574	29	5	-	85.838
Patrimônio Líquido	4.556	43.508	87.308	41.475	47.488	13.466	27.181	20.297	11.028	(232)	296.075
Total do passivo e patrimônio líquido	65.768	129.313	137.657	55.269	47.832	38.877	43.253	33.072	81.146	9	632.196
Investimento	3.189	28.963	44.527	21.152	13.059	8.080	14.678	9.946	6.617	(162)	
% de participação no investimento	70,00%	66,57%	51,00%	51,00%	27,50%	60,00%	54,00%	49,00%	60,00%	70,00%	

	31 de dezembro de 2022										
	Biotérmica	Essencis MG	Viasolo	Hekos	EMTR	Limpar	Catarinense	Lam	Essencis Biometano	Ambitottal S.A.	Total
Ativo circulante	11.429	60.217	33.113	1.674	8.320	33.131	11.573	16.889	1	7	176.354
Caixa e equivalente de caixa	7.194	29.954	2.373	9	5.450	5	4.248	696	1	1	49.931
Outras contas a receber	4.235	30.263	30.740	1.665	2.870	33.126	7.325	16.193	-	6	126.423
Ativo não circulante	45.184	78.170	96.400	49.147	42.275	6.920	29.844	37.354	-	-	385.294
Outras contas a receber	84	3.248	24.864	6.961	-	-	515	-	-	-	35.672
Investimento	-	-	35.220	-	-	-	-	-	-	-	35.220
Imobilizado	45.099	74.902	36.316	42.186	42.275	6.525	29.328	37.354	-	-	313.985
Intangível	1	20	-	-	-	395	1	-	-	-	417
Total do ativo	56.613	138.387	129.513	50.821	50.595	40.051	41.417	54.243	1	7	561.648
Passivo circulante	12.400	18.396	31.341	6.677	56	21.314	3.978	13.526	-	235	107.923
Empréstimos	8.614	9.757	4.334	3.673	-	4.856	1.488	6.783	-	-	39.505
Outras contas a pagar	3.786	8.639	27.007	3.004	56	16.458	2.490	6.743	-	235	68.418
Passivo não circulante	39.937	78.867	22.677	5.794	-	316	12.483	7.548	-	-	167.622
Empréstimos	39.937	19.852	13.188	-	-	-	4.350	1.067	-	-	78.394
Outras contas a pagar	-	59.015	9.489	5.794	-	316	8.133	6.481	-	-	89.228
Patrimônio Líquido	4.276	41.124	75.495	38.350	50.539	18.421	24.956	33.169	1	(228)	286.103
Total do passivo e patrimônio líquido	56.613	138.387	129.513	50.821	50.595	40.051	41.417	54.243	1	7	561.648
Investimento	2.993	27.417	38.502	19.559	13.898	11.053	13.476	16.253	1	(160)	
% de participação no investimento	70,00%	66,67%	51,00%	51,00%	27,50%	60,00%	54,00%	49,00%	60,00%	70,00%	

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

	31 de dezembro de 2023										
	Biotérmica	Essencis MG	Viasolo	Hekos	EMTR	Limpar	Catarinense	Lam	Essencis Biometano	Ambitottal S.A.	Total
Receita Líquida	23.588	65.696	92.645	8.036	-	51.286	29.412	24.713	-	-	295.376
Custo	(14.477)	(51.566)	(76.870)	(10.016)	-	(38.837)	(20.794)	(17.070)	(551)	(14)	(230.195)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(648)	(2.245)	(308)	394	(1.658)	(225)	(1.591)	(208)	(223)	-	(6.712)
Lucro / (prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	8.463	11.885	15.467	(1.586)	(1.658)	12.224	7.027	7.435	(774)	(14)	58.469
Resultado financeiro	(7.829)	(7.491)	(327)	(1.309)	522	(3.080)	(349)	(4.534)	(9)	-	(24.406)
Lucro / (prejuízo) antes dos impostos	634	4.394	15.140	(2.895)	(1.136)	9.144	6.678	2.901	(783)	(14)	34.063
Imposto de renda e contribuição social	(168)	(1.527)	(3.551)	-	-	(2.863)	(2.211)	(977)	-	-	(11.297)
Lucro / (prejuízo) do exercício	466	2.867	11.589	(2.895)	(1.136)	6.281	4.467	1.924	(783)	(14)	22.766

	31 de dezembro de 2022									
	Biotérmica	Essencis MG	Viasolo	EMTR	Limpar	Catarinense	Lam	Ambitottal S.A.	Total	
Receita Líquida	22.323	66.728	82.547	-	133.657	25.139	94.816	-	425.210	
Custo	(13.346)	(54.626)	(68.763)	-	(110.028)	(21.325)	(75.235)	-	(343.323)	
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(646)	(1.876)	3.210	6.532	(48)	(919)	(487)	(24)	5.742	
Lucro / (prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	8.331	10.226	16.994	6.532	23.581	2.895	19.094	(24)	87.629	
Resultado financeiro	(5.831)	(4.078)	(916)	511	(11.629)	(608)	(6.884)	-	(29.435)	
Lucro / (prejuízo) antes dos impostos	2.500	6.148	16.078	7.043	11.952	2.287	12.210	(24)	58.194	
Imposto de renda e contribuição social	(809)	(2.054)	(4.830)	(1.649)	(3.433)	(790)	(2.845)	-	(16.410)	
Lucro / (prejuízo) do exercício	1.691	4.094	11.248	5.394	8.519	1.497	9.365	(24)	41.784	

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

	31 de dezembro de 2023									
	Biotérmica	Essencis MG	Viasolo	Hekos	EMTR	Limpar	Catarinense	Lam	Essencis Biometano	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.396	19.430	5.963	10.579	(2.195)	96	4.765	(695)	35.358	77.697
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(16.121)	(24.652)	(6.863)	(20.151)	-	-	(1.176)	-	(70.787)	(139.750)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	8.334	(14.264)	2.570	9.658	-	-	(2.499)	-	60.000	63.799
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.391)	(19.486)	1.670	86	(2.195)	96	1.090	(695)	24.571	1.746
	31 de dezembro de 2022									
	Biotérmica	Essencis MG	Viasolo	Hekos	EMTR	Limpar	Catarinense	Lam	Essencis Biometano	Total
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	82.540	3.173	8.065	(15.470)	5.305	30.658	1.572	10.168	-	126.011
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(100.125)	(13.877)	(15.146)	(3.504)	-	(28.600)	(2.384)	-	-	(163.636)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	25.390	35.921	5.968	18.974	-	(2.055)	(1.016)	(10.144)	1	73.039
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	7.805	25.217	(1.113)	-	5.305	3	(1.828)	24	1	35.414

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2 Composição dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Os saldos dos investimentos são compostos como segue:

Participações em controladas Empresa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Solvi Essencis Ambiental S. A.	425.799	447.657	-	-
Solvi Essencis Ambiental S. A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	184.184	196.102	-	-
	609.983	643.759	-	-
Participações em empreendimentos controlados em conjunto				
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	-	29.007	27.417
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	-	-	14.678	13.476
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	44.527	38.503
Biotérmica Energia S.A.	-	-	3.189	2.994
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S. A. - EMTR	-	-	13.059	13.898
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	-	-	13	10
LimpAR Rosário	-	-	8.080	11.052
Logística Ambiental Mediterrânea S. A	-	-	9.946	16.253
Solvi Essencis Ambiental S. A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	-	19.855	22.323
Essencis Biometano S.A	-	-	6.617	1
Hekos Soluções Ambientais S. A.	-	-	21.152	19.558
Hekos Soluções Ambientais S. A.	-	-	790	790
	-	-	170.913	166.275
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)				
Solvi Essencis Ambiental S. A.	398.722	398.722	-	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.	1.148	1.148	-	-
Hekos Soluções Ambientais S. A.	-	-	42.283	41.009
Biotérmica Energia S.A.	-	-	1.482	1.482
	399.870	399.870	43.765	42.491
Total investimentos	1.009.853	1.043.629	214.678	208.766
Ambitottal S.A (Provisão para perdas em investimentos)	-	-	(163)	(160)
	-	-	(163)	(160)
Total	1.009.853	1.043.629	214.515	208.606

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações dos investimentos são demonstrados a seguir

Movimentação dos investimentos na controladora

Empresa	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Efeito da hiperinflação em		Ganho (perda) na mensuração do passivo do benefício definido	Saldo em 31/12/2023
				Investimentos na Argentina	Variação cambial		
Solvi Essencis Ambiental S. A.	447.657	(4.627)	-	24.840	(41.438)	(633)	425.799
Solvi Essencis Ambiental S. A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	196.102	(11.918)	-	-	-	-	184.184
	643.759	(16.545)	-	24.840	(41.438)	(633)	609.983
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)							
Solvi Essencis Ambiental S. A.	398.722	-	-	-	-	-	398.722
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.	1.148	-	-	-	-	-	1.148
	399.870	-	-	-	-	-	399.870
Total	1.043.629	(16.545)	-	24.840	(41.438)	(633)	1.009.853

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos na controladora

Empresa	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos / JCP	Efeito da hiperinflação em Investimentos na Argentina	Variação cambial	Ganho (perda) na mensuração do passivo do benefício definido		Reorganiz. Societária (*)	Saldo em 31/12/2022
Solví Essencis Ambiental S. A.	389.567	(49.265)	152.895	(46.240)	(386)	1.339	(253)	-	-	447.657
Solví Essencis Ambiental S. A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	208.403	(12.301)	-	-	-	-	-	-	-	196.102
Atenta Corretora de Seguros S.A.	868	384	-	(858)	-	-	-	-	(394)	-
Ess Environmental Smart Soluções Tecnológicas Ltda	(566)	(483)	900	-	-	-	-	149	-	-
Compañía de Inversiones Ambientales S.A.	124.356	10.132	-	-	(206)	(2.776)	-	(131.506)	-	-
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	32.027	(2.914)	60	-	-	-	-	(29.173)	-	-
Revita Engenharia S.A.	635.666	24.334	16.376	(29.328)	-	-	7	(647.055)	-	-
Solví Saneamento Ltda.	(520)	(165)	-	-	-	-	-	685	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.	36.738	1.726	-	(330)	(7)	88	(281)	(37.934)	-	-
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.	13.660	(1.733)	1.545	-	-	-	-	(13.472)	-	-
Organosolvi - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	(853)	-	-	-	-	-	-	853	-	-
	1.439.346	(30.285)	171.776	(76.756)	(599)	(1.349)	(527)	(857.847)	643.759	
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)										
Solví Essencis Ambiental S. A.	398.722	-	-	-	-	-	-	-	-	398.722
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.	1.148	-	-	-	-	-	-	-	-	1.148
	399.870	-	-	-	-	-	-	-	-	399.870
Total	1.839.216	(30.285)	171.776	(76.756)	(599)	(1.349)	(527)	(857.847)	1.043.629	

(*) Vide nota explicativa 1.2

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos no consolidado

Empresa	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos / JCP	Variação cambial	Ganho (perda) na mensuração do passivo de benefício definido	Outros	Aumento de capital	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Participações em empreendimentos controlados em conjunto									
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	27.417	2.120	(530)	-	-	-	-	-	29.007
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	13.476	2.413	(1.209)	-	(2)	-	-	-	14.678
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	38.503	6.024	-	-	-	-	-	-	44.527
Biotérmica Energia S.A.	2.994	326	(131)	-	-	-	-	-	3.189
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S. A. - EMTR	13.898	(392)	(447)	-	-	-	-	-	13.059
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	10	3	-	-	-	-	-	-	13
LimpAR Rosária	11.052	3.861	(2.759)	(4.074)	-	-	-	-	8.080
Logística Ambiental Mediterrânea S. A	16.253	1.141	(1.456)	(5.992)	-	-	-	-	9.946
Essencis Biometano S. A.	1	(393)	-	-	-	-	7.009	-	6.617
Solví Essencis Ambiental S. A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	22.323	(2.468)	-	-	-	-	-	-	19.855
Hekos Soluções Ambientais S. A.	19.558	(1.476)	-	-	-	-	3.707	(637)	21.152
Hekos Soluções Ambientais S. A. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	790	-	-	-	-	-	-	-	790
	166.275	11.159	(6.532)	(10.066)	(2)	-	10.716	(637)	170.913
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)									
Hekos Soluções Ambientais S. A.	41.009	-	-	-	-	637	-	637	42.283
Biotérmica Energia S.A.	1.482	-	-	-	-	-	-	-	1.482
	208.766	11.159	(6.532)	(10.066)	(2)	637	10.716	-	214.678
Ambitottal S. A	(160)	(10)	-	7	-	-	-	-	(163)
	208.606	11.149	(6.532)	(10.059)	(2)	637	10.716	-	214.515

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos no consolidado

Empresa	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Equivalência s/ Mov. Patrimonial	Dividendos / JCP	Variação cambial	Efeito da hiperinflação em investimentos na Argentina	Ganho (perda) na mensuração do passivo de benefício definido	Reorganiz. Societária (*)	Aumento de capital	Impairment	Saldo em
											31/12/2022
Participações em empreendimentos controlados em conjunto											
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	29.099	2.729	-	(4.410)	-	-	(1)	-	-	-	27.417
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	12.872	808	-	(201)	-	-	(3)	-	-	-	13.476
Prameq Indústria e Comércio Ltda. -											
Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	591	-	-	-	-	-	(591)	-	-	-	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	32.767	5.736	-	-	-	-	-	-	-	-	38.503
Biotérmica Energia S.A.	2.282	1.186	-	(474)	-	-	-	-	-	-	2.994
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S. A. - EMTR	12.415	1.483	-	-	-	-	-	-	-	-	13.898
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
LimpAR Rosária	13.434	5.111	-	-	(7.274)	(219)	-	-	-	-	11.052
Logística Ambiental Mediterrânea S. A	14.256	4.588	-	-	(1.807)	(784)	-	-	-	-	16.253
Essencis Biometano S. A.	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Solví Essencis Ambiental S. A. -											
Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	28.912	(6.589)	-	-	-	-	-	-	-	-	22.323
Hekos Soluções Ambientais S. A.	-	-	-	-	-	-	-	-	19.558	-	19.558
Hekos Soluções Ambientais S. A. -											
Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	790	-	-	-	-	-	-	-	-	-	790
	147.428	15.052	-	(5.085)	(9.081)	(1.003)	(4)	(591)	19.559	-	166.275
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)											
Hekos Soluções Ambientais S. A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	102.639	(61.630)	41.009
Biotérmica Energia S.A.	1.482	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.482
	148.910	15.052	-	(5.085)	(9.081)	(1.003)	(4)	(591)	122.198	(61.630)	208.766
Ambitottal S. A	-	(17)	-	-	4	-	-	(147)	-	-	(160)
	148.910	15.035	-	(5.085)	(9.077)	(1.003)	(4)	(738)	122.198	(61.630)	208.606

(*) Vide nota explicativa 1.2

a) Em 22 de dezembro de 2022 na controlada em conjunto Hekos ocorreu a troca de acionistas, momento o qual a controlada Revita realizou um aporte de capital através da integralização dos saldos de mútuos e AFAC no montante de R\$122.198, em troca de 12 ações. Esses eventos geraram: (i) a reversão de R\$82.525 da provisão sobre a recuperabilidade dos saldos de mútuos que encontravam-se integralmente provisionados na Revita, originalmente registrados em razão da falta de expectativa de recebimento dos mesmos, o qual foi revertido face à entrada de um novo investidor na Hekos, vide nota explicativa 32; e, (ii) Constituição de ágio por expectativa de rentabilidade futura de aquisição de ações no valor de R\$102.639, o qual foi submetido ao teste do valor contábil recuperável (impairment) no encerramento do exercício resultando em um ajuste de redução do ágio no valor de R\$ 61.630. O impacto contábil líquido decorrente desta transação no resultado foi um prejuízo de R\$7.984.

Em 31 de dezembro de 2022 o controle continua sendo compartilhado junto com a controlada Revita.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações relativas as controladas e controladas em conjunto

Empresa	31 de dezembro de 2023			
	Capital social	Participação societária - %	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controladas				
Solví Essencis Ambiental S. A.	281.382	100,00%	430.111	(5.580)
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	4.145	100,00%	1.934	(2.601)
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	223.627	100,00%	125.647	(9.256)
Emergenciall Emergencias Ambientais Ltda	250	100,00%	(684)	(645)
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	111.212	100,00%	168.247	24.093
Solví Saneamento Ltda.	553	100,00%	(1.841)	(368)
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	10	100,00%	422	413
Ess Environmental Smart Soluções Tecnológicas Ltda	13.512	100,00%	2.917	(1.095)
Vega Engenharia Ambiental S.A.	32.235	100,00%	19.943	(5.911)
Revita Engenharia S.A.	665.878	100,00%	741.025	88.758
Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	140.680	100,00%	10.784	(2.976)
Controladas em conjunto				
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	6.270	66,67%	43.508	3.178
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	54,00%	27.181	4.467
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	26.367	51,00%	87.308	11.813
Hekos Soluções Ambientais S. A.	15.770	51,00%	41.475	(2.894)
Biotérmica Energia S.A.	10	70,00%	4.556	465
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. - EMTR	48.824	27,50%	47.488	(1.421)
Vega Sucursal LimpAr	34	60,00%	13.466	6.435
Logística Ambiental Mediterrânea - LAM	272	49,00%	20.297	2.329
Essencis Biometano S.A.	11.682	60,00%	11.028	(654)
Biometano Sul S.A.	15.460	70,00%	9.317	(1.031)
31 de dezembro de 2022				
Empresa	31 de dezembro de 2022			
	Capital social	Participação societária - %	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Controladas				
Solví Essencis Ambiental S. A.	281.382	100,00%	452.922	(44.000)
Ecototal Sistemas de Gestão Ltda.	4.145	100,00%	4.536	391
GRI Koleta - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	176.127	100,00%	87.407	(20.925)
Emergenciall Emergencias Ambientais Ltda	250	100,00%	(39)	(311)
Compañia de Inversiones Ambientales S.A.	116.362	100,00%	152.824	21.675
Solví Saneamento Ltda.	10	100,00%	(45)	(55)
Atenta Corretora de Seguros Ltda.	553	100,00%	(1.468)	(781)
Ess Environmental Smart Soluções Tecnológicas Ltda	10	100,00%	580	186
Vega Engenharia Ambiental S.A.	27.735	100,00%	36.007	(4.889)
Revita Engenharia S.A.	543.878	100,00%	642.511	31.548
Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida S.A.	6.000	100,00%	2.851	(865)
Controladas em conjunto				
Essencis MG Soluções Ambiental S.A.	6.083	66,67%	41.124	4.094
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	54,00%	24.957	1.497
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	26.367	51,00%	72.184	11.248
Hekos Soluções Ambientais S. A.	7.550	51,00%	3.872	-
Biotérmica Energia S.A.	10	70,00%	4.276	1.691
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S.A. - EMTR	48.824	27,50%	50.540	5.394
Vega Sucursal LimpAr	168	60,00%	16.861	8.519
Logística Ambiental Mediterrânea - LAM	1.342	49,00%	28.507	9.365
Essencis Biometano S.A.	1	60,00%	1	-
Biometano Sul S.A.	10	70,00%	(45)	(55)

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Imobilizado

O saldo consolidado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Consolidado		
		2023	2022	
		Custo	Depreciação	Líquido
Aterro e infra em aterros (*)		788.984	(452.136)	336.848
Terrenos, edificações e construção civil (**)	5%	287.164	(63.057)	224.107
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	54.680	(46.623)	8.057
Máquinas e equipamentos	10%	514.255	(247.322)	266.933
Móveis e utensílios	10%	12.748	(8.885)	3.863
Equipamentos de informática	20%	27.988	(20.819)	7.169
Veículos e equipamentos	20%	215.749	(141.424)	74.325
Imobilizado em andamento		235.186	-	235.186
Redução ao valor recuperável		(17.844)	-	(17.844)
		2.118.910	(980.266)	1.138.644
				1.029.907

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

(**) Terrenos não são depreciados.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado do consolidado em 31 de dezembro de 2023 estão demonstradas conforme seguem:

Custo do Imobilizado	Consolidado						Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Transferência	Variação Cambiário	Redução ao valor recuperável	
Aterro e infra em aterros	720.092	34.720	-	35.081	(909)	-	788.984
Terrenos, edificações e construção civil	226.306	8.997	(132)	52.538	(545)	-	287.164
Benfeitorias em bens de terceiros	53.433	1.247	-	-	-	-	54.680
Máquinas e equipamentos	533.442	30.153	(55.055)	6.485	(770)	-	514.255
Móveis e utensílios	12.749	603	(570)	-	(34)	-	12.748
Equipamentos de informática	26.586	2.300	(751)	(66)	(81)	-	27.988
Veículos e equipamentos	297.747	6.622	(87.492)	2.330	(3.458)	-	215.749
Imobilizado em andamento	165.916	185.138	(8.188)	(107.380)	(300)	-	235.186
Redução ao valor recuperável	(17.893)	-	-	(2.560)	-	2.609	(17.844)
	2.018.378	269.780	(152.188)	(13.572)	(6.097)	2.609	2.118.910
Depreciação	Consolidado						Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	Baixa	Transferência	Variação Cambiário	Redução ao valor recuperável	
Aterro e infra em aterros	(413.027)	(39.204)	-	-	95	-	(452.136)
Terrenos, edificações e construção civil	(54.434)	(8.724)	13	-	88	-	(63.057)
Benfeitorias em bens de terceiros	(41.118)	(5.505)	-	-	-	-	(46.623)
Máquinas e equipamentos	(256.470)	(39.504)	48.019	-	633	-	(247.322)
Móveis e utensílios	(8.697)	(724)	505	-	31	-	(8.885)
Equipamentos de informática	(19.284)	(2.331)	705	31	60	-	(20.819)
Veículos e equipamentos	(195.441)	(32.759)	83.775	(31)	3.032	-	(141.424)
Central de triagem	-	-	-	-	-	-	-
	(988.471)	(128.751)	133.017	-	3.939	-	(980.266)
Total	1.029.907	141.029	(19.171)	(13.572)	(2.158)	2.609	1.138.644

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado do consolidado em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas conforme seguem:

Custo	Consolidado						Combinação de negócios (nota 1.2)	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adição	(-) Baixa	Transferência	Variação cambial				
Aterro e infra em aterros:	637.189	28.266	-	54.494	143	-	-	-	720.092
Terrenos, edificações e construção civil	204.894	15.017	(825)	13.120	(118)	-	(5.782)	226.306	
Benfeitorias em bens de terceiros	51.736	906	(650)	1.441	-	-	-	53.433	
Máquinas e equipamentos	472.876	61.459	(8.066)	7.196	(36)	13	-	533.442	
Móveis e utensílios	11.910	2.170	(1.348)	21	(7)	3	-	12.749	
Equipamentos de informática	23.321	7.339	(4.105)	42	(14)	3	-	26.586	
Veículos e equipamentos	266.628	30.487	(2.176)	3.104	(432)	136	-	297.747	
Central de triagem	15.495	-	(15.495)	-	-	-	-	-	
Imobilizado em andamento	183.040	73.728	(11.388)	(79.418)	(46)	-	-	165.916	
Redução de imparidade	(21.172)	-	-	-	-	-	3.279	(17.893)	
	1.845.917	219.372	(44.053)	-	(510)	155	(2.503)	2.018.378	
Depreciação							Combinação de negócios (nota 1.2)	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Variação cambial				
Aterro e infra em aterros:	(360.362)	(52.640)	-	-	(25)	-	-	-	(413.027)
Terrenos, edificações e construção civil	(45.963)	(8.452)	4	-	(23)	-	-	-	(54.434)
Benfeitorias em bens de terceiros	(40.354)	(1.265)	501	-	-	-	-	-	(41.118)
Máquinas e equipamentos	(246.306)	(17.833)	7.635	-	34	-	-	-	(256.470)
Móveis e utensílios	(8.243)	(1.375)	915	-	6	-	-	-	(8.697)
Equipamentos de informática	(18.458)	(4.425)	3.584	-	15	-	-	-	(19.284)
Veículos e equipamentos	(176.459)	(21.610)	2.143	-	485	-	-	-	(195.441)
Central de triagem	(11.229)	-	11.229	-	-	-	-	-	-
	(907.374)	(107.600)	26.011	-	492	-	-	-	(988.471)
Total	938.543	111.772	(18.042)	-	(18)	155	(2.503)	1.029.907	

(*) Vide nota explicativa 1.2

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantia

Os financiamentos dos ativos imobilizados são garantidos por meio de aval das empresas do Grupo Solví. Estão sujeitos a garantia adicional, os financiamentos de projetos por meio de fiança bancária ou conta reserva e os financiamentos de máquinas e equipamentos por meio da alienação fiduciária dos bens. Os valores em garantias dos ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2023 corresponde ao R\$95.186 no Consolidado (R\$110.181 em 31 de dezembro 2022).

Custos de empréstimos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, o Grupo Solví capitalizou custos de empréstimos para os ativos elegíveis de R\$3.445. Os principais ativos referem-se as instalações de Biometano.

Imobilizados em andamento

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais ativos em construção referem-se a aterros sanitários e instalações de Biometano.

Redução ao valor recuperável

O Grupo Solví divulga as seguintes informações para cada perda por desvalorização ou reversão reconhecida durante o exercício para ativo individual, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), ou para unidade geradora de caixa.

Em 2023, a reversão de R\$2.609 por redução ao valor recuperável nos saldos consolidados foi representada pela redução no valor contábil de determinados itens do imobilizado no segmento de Manejo de resíduos sólidos na controlada Guamá – Tratamento de Resíduos Ltda. Os efeitos dessa perda foram refletidos em custo dos produtos vendidos, no resultado. O valor recuperável de R\$17.844 em dezembro de 2023 foi baseado no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos da controlada Guamá, localizada no Estado do Pará. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 12,4% antes dos tributos.

16 Direito de uso de arrendamento

O saldo é composto como segue:

Ativo subjacente	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Remensuração	Adição	Depreciação	Baixa
Aluguel de imóvel comercial	58.289	3.128	3.625	(10.085)	(131)
Aluguel de veículos pesados	20.296	1.054	2.379	(11.481)	-
Aluguel de aterro	12.538	3.052	-	(1.562)	-
Total	91.123	7.234	6.004	(23.128)	(131)
Ativo subjacente	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Remensuração	Adição	Depreciação	Baixa
Aluguel de imóvel comercial	58.694	8.124	591	(9.120)	-
Aluguel de veículos pesados	29.489	707	3.105	(12.572)	(433)
Aluguel de aterro	2.776	314	11.508	(2.060)	-
Total	90.959	9.145	15.204	(23.752)	(433)

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Intangível

O saldo do consolidado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	Custo	Consolidado		2023	2022
			Amortização	Líquido	Líquido	Líquido
Aterro e infraestrutura em aterros	(*)	168.021	(148.563)	19.458	23.296	
Infraestrutura em transbordos	10%	9.983	(7.163)	2.820	2.979	
Edificações	3,11%	401	(42)	359	375	
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	3.168	(2.394)	774	783	
Máquinas e equipamentos	10%	7.592	(6.144)	1.448	1.863	
Veículos e equipamentos	20%	20.786	(20.331)	455	120	
Intangível em andamento	-	52.174	-	52.174	24.087	
Licença e direito de uso	3,33%	5.099	(5.068)	31	2.383	
Carteira de clientes	4,83%	1.690	(1.650)	40	343	
Software	20%	36.009	(30.979)	5.030	5.147	
Direitos contratuais	6,71%	26.234	(11.417)	14.817	15.950	
Mais valia de intangíveis:						
Licença e direito de uso - mais valia		73.474	(32.094)	41.380	42.541	
Direitos contratuais		1.627	(1.441)	186	-	
Metano gerado pelo aterro/projeto de biogás		2.908	(1.345)	1.563	1.782	
Relacionamento de clientes		358.685	(147.239)	211.446	222.027	
Destinação de chorume		3.500	(1.609)	1.891	2.254	
		771.351	(417.479)	353.872	345.930	

Ágio por expectativa de rentabilidade futura:

Solví

Innova	37.359	(22.415)	14.944	15.634
Essencis	398.721	-	398.721	398.721

Revita

CRVR	106.288	(3.763)	102.525	102.525
Loga	16.742	(9.930)	6.812	6.812
Essencis BA	2.543	-	2.543	2.543
Piauí Ambiental	10.122	-	10.122	10.122

Essencis

Koleta	6.051	-	6.051	6.051
Ecosistema	3.083	-	3.083	3.083
Macaé	4.250	-	4.250	4.250
Ecolar	28.151	(15.238)	12.913	12.913
Incineração	3.946	(3.435)	511	511
Remediação	6.624	(1.440)	5.184	5.184
Emergencial Emergencias	3.729	-	3.729	3.729
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda	1.148	-	1.148	1.148

Total intangível

628.757	(56.221)	572.536	573.226
1.400.108	(473.700)	926.408	919.156

(*) Os aterros e respectivas infraestruturas são amortizados de acordo com a ocupação do espaço disponível, com base no volume de resíduos efetivamente depositados, em relação à capacidade total estimada dos aterros ou pela capacidade utilizável até o fim do contrato de concessão, dos dois o menor.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais intangíveis são amortizados pela vida útil ou de acordo com prazo de concessão, dos dois o menor. As mutações do Intangível consolidado estão demonstradas conforme seguem:

Custo	Consolidado					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Baixa	Transferência	Variação cambial	
Aterro e infra em aterros	164.265	2.049	-	1.707	-	168.021
Infraestrutura em transbordos	9.983	-	-	-	-	9.983
Edificações e construção civil	401	-	-	-	-	401
Benfeitoria em bens de terceiros	3.168	-	-	-	-	3.168
Máquinas e equipamentos	10.650	138	(3.196)	-	-	7.592
Veículos e equipamentos	24.367	392	(3.134)	-	(839)	20.786
Intangível em andamento	24.087	17.835	-	10.252	-	52.174
Licença e direito de uso	7.623	1.754	-	(4.278)	-	5.099
Carteira de clientes	1.690	-	-	-	-	1.690
Software	34.378	139	(18)	1.560	(50)	36.009
Direitos contratuais	28.004	-	-	(1.627)	(143)	26.234
Mais valia de intangíveis:						
Licença de direito de uso - mais valia	69.143	-	-	4.331	-	73.474
Marcas - mais valia	-	-	-	-	-	-
Direitos contratuais	-	-	-	1.627	-	1.627
Metano gerado pelo aterro / projeto biogás	2.908	-	-	-	-	2.908
Relacionamento com clientes	358.685	-	-	-	-	358.685
Destinação de chorume	3.500	-	-	-	-	3.500
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:						
Solví						
Innova	39.088	-	-	-	(1.729)	37.359
Essencis	398.721	-	-	-	-	398.721
Revita						
CRVR	106.288	-	-	-	-	106.288
Loga	16.742	-	-	-	-	16.742
Essencis BA	2.543	-	-	-	-	2.543
Piauí Ambiental	10.122	-	-	-	-	10.122
Essencis						
Koleta	6.051	-	-	-	-	6.051
Ecossistema	3.083	-	-	-	-	3.083
Macacé	4.250	-	-	-	-	4.250
Ecolar	28.151	-	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	-	-	3.946
Remediação	6.624	-	-	-	-	6.624
Emergencial Emergencias	3.729	-	-	-	-	3.729
Organosolví - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.	1.148	-	-	-	-	1.148
	1.373.338	22.307	(6.348)	13.572	(2.761)	1.400.108
Amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Baixa	Transferência	Variação cambial	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	(140.969)	(7.594)	-	-	-	(148.563)
Infraestrutura em transbordos	(7.004)	(159)	-	-	-	(7.163)
Edificações e construção civil	(26)	(16)	-	-	-	(42)
Benfeitoria em bens de terceiros	(2.385)	(9)	-	-	-	(2.394)
Máquinas e equipamentos	(8.787)	(402)	3.045	-	-	(6.144)
Veículos e equipamentos	(24.247)	(193)	3.134	-	975	(20.331)
Intangível em andamento	-	-	-	-	-	-
Licença e direito de uso	(5.240)	(5)	-	-	177	(5.068)
Amortização de clientes	(1.347)	(303)	-	-	-	(1.650)
Software	(29.231)	(1.804)	18	-	38	(30.979)
Direitos contratuais	(12.054)	(915)	-	1.441	111	(11.417)
Mais valia de intangíveis:						
Licença de direito de uso - mais valia	(26.602)	(5.492)	-	-	-	(32.094)
Direitos contratuais	-	-	-	(1.441)	-	(1.441)
Metano gerado pelo aterro / projeto biogás	(1.126)	(219)	-	-	-	(1.345)
Relacionamento com clientes	(136.658)	(10.581)	-	-	-	(147.239)
Destinação de chorume	(1.246)	(363)	-	-	-	(1.609)
Amortização de ágio:						
Solví						
CIA	(23.454)	-	-	-	1.039	(22.415)
Revita						
CRVR	(3.763)	-	-	-	-	(3.763)
Loga	(9.930)	-	-	-	-	(9.930)
Piauí Ambiental	-	-	-	-	-	-
Essencis						
Koleta	-	-	-	-	-	-
Ecossistema	-	-	-	-	-	-
Macacé	-	-	-	-	-	-
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.440)	-	-	-	-	(1.440)
Emergencial Emergencias	-	-	-	-	-	-
	(454.182)	(28.055)	6.197	-	2.340	(473.700)
Líquido	919.156	(5.748)	(151)	13.572	(421)	926.408

Consolidado

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo	Saldo em 31/12/2021	Adição	Combinação de negócios	Transferência	Reorganização Societária	Saldo em 31/12/2022
Aterro e infra em aterros	151.762	-	-	12.503	-	164.265
Infraestrutura em transbordos	8.721	-	-	1.262	-	9.983
Edificações e construção civil	319	-	-	82	-	401
Benfeitoria em bens de terceiros	3.175	-	-	-	(7)	3.168
Máquinas e equipamentos	10.023	-	-	627	-	10.650
Veículos e equipamentos	25.207	-	-	183	(1.023)	24.367
Intangível em andamento	21.615	24.298	-	(21.826)	-	24.087
Licença e direito de uso	7.585	-	-	38	-	7.623
Carteira de clientes	1.690	-	-	-	-	1.690
Software	33.597	-	-	781	-	34.378
Direitos contratuais	26.431	-	-	1.573	-	28.004
Mais valia de intangíveis:						
Licença de direito de uso - mais valia	69.143	-	-	-	-	69.143
Marcas - mais valia	-	-	-	-	-	-
Metano gerado pelo aterro / projeto biogás	2.908	-	-	-	-	2.908
Relacionamento com clientes	357.599	-	-	1.086	-	358.685
Destinação de chorume	3.500	-	-	-	-	3.500
Ágio por expectativa de rentabilidade futura:						
Solví						
Innova	40.712	-	-	-	(1.624)	39.088
Essencis	398.721	-	-	-	-	398.721
Revita						
CRVR	106.288	-	-	-	-	106.288
Loga	16.742	-	-	-	-	16.742
Essencis BA	-	-	-	2.543	-	2.543
Piauí Ambiental	10.122	-	-	-	-	10.122
Essencis						
Koleta	6.051	-	-	-	-	6.051
Ecossistema	3.083	-	-	-	-	3.083
Macaé	4.250	-	-	-	-	4.250
Ecolar	28.151	-	-	-	-	28.151
Incineração	3.946	-	-	-	-	3.946
Remediação	6.624	-	-	-	-	6.624
Emergencial Emergencias	-	-	3.729	-	-	3.729
Organosolvi - Soluções Orgânicas para a Vida Ltda.	-	-	-	1.148	-	1.148
	1.347.965	24.298	3.729	-	(2.654)	1.373.338
Amortização	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Combinação de negócios	Transferência	Reorganização Societária	Saldo em 31/12/2022
Aterro e infra em aterros	(133.437)	(7.532)	-	-	-	(140.969)
Infraestrutura em transbordos	(6.812)	(192)	-	-	-	(7.004)
Edificações e construção civil	(10)	(16)	-	-	-	(26)
Benfeitoria em bens de terceiros	(2.354)	(31)	-	-	-	(2.385)
Máquinas e equipamentos	(9.057)	(195)	-	-	465	(8.787)
Veículos e equipamentos	(24.005)	(242)	-	-	-	(24.247)
Intangível em andamento	-	-	-	-	-	-
Licença e direito de uso	(5.213)	(27)	-	-	-	(5.240)
Amortização de clientes	(1.017)	(330)	-	-	-	(1.347)
Software	(27.348)	(1.883)	-	-	-	(29.231)
Direitos contratuais	(10.420)	(1.634)	-	-	-	(12.054)
Mais valia de intangíveis:						
Licença de direito de uso - mais valia	(24.806)	(1.796)	-	-	-	(26.602)
Marcas - mais valia	-	-	-	-	-	-
Metano gerado pelo aterro / projeto biogás	(1.053)	(73)	-	-	-	(1.126)
Relacionamento com clientes	(123.940)	(12.718)	-	-	-	(136.658)
Destinação de chorume	(1.201)	(45)	-	-	-	(1.246)
Amortização de ágio:						
Solví						
CIA	(23.410)	-	-	-	(44)	(23.454)
Revita						
CRVR	(3.095)	(668)	-	-	-	(3.763)
Loga	(9.130)	(800)	-	-	-	(9.930)
Piauí Ambiental	-	-	-	-	-	-
Essencis						
Koleta	-	-	-	-	-	-
Ecossistema	-	-	-	-	-	-
Macaé	-	-	-	-	-	-
Ecolar	(15.238)	-	-	-	-	(15.238)
Incineração	(3.435)	-	-	-	-	(3.435)
Remediação	(1.440)	-	-	-	-	(1.440)
Emergencial Emergencias	-	-	-	-	-	-
	(426.421)	(28.182)	-	-	421	(454.182)
Líquido	921.544	(3.884)	3.729	-	(2.233)	919.156

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Intangíveis em andamento

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os principais ativos reversíveis em construção referem-se a expansões de rede de água e esgoto, transbordo e aterros sanitários.

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2023, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas se houve alguma indicação de que determinados ativos pudessem ter sofrido desvalorização. O teste de valor recuperável é realizado anualmente por empresa especializada. O teste de impairment dos ágios das UGC de negócio, que inclui a Companhia, é baseado na metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (FCD), com data-base de 31 de dezembro de 2023.

31 de dezembro de 2023			
UGC	ATIVO UGC	ÁGIO	VALOR CONTÁBIL
Solví Essencis	760.891	449.386	1.210.277
Innova	110.485	14.944	125.429
GRI Koleta	172.245	6.051	178.296
Ecosistema	18.200	3.083	21.283
Solví Essencis	459.325	421.579	880.904
Emergencial Emergencias	636	3.729	4.365
Revita	374.572	122.002	496.574
CRVR	152.572	102.525	255.097
Loga	180.536	6.812	187.348
Piauí Ambiental	17.781	10.122	27.903
Essencis BA	23.683	2.543	26.226

Metodologia Aplicada: Método do Fluxo de Caixa Descontado.

Moeda: Projeções em moeda constante e em reais (R\$), ou seja, desconsiderando o efeito inflacionário.

Unidade geradora de caixa Innova

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da Innova foi realizado até 31 de dezembro de 2028 com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 9,8%.

Unidade geradora de caixa GRI Koleta

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da GRI Koleta foi realizado até 31 de dezembro de 2045, com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa Essencis BA

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da Essencis BA foi realizado até 31 de dezembro de 2045, com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa CRVR

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da CRVR foi realizado até 31 de dezembro de 2056, com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa Loga

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da LOGA foi realizado até 31 de dezembro de 2028 com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Unidade geradora de caixa Piauí Ambiental

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da Piauí Ambiental foi realizado até 31 de dezembro de 2054, com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa Ecossistema

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da Ecossistema foi realizado até 31 de dezembro de 2075, com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa Essencis (Macaé/Ecolar/Incineração/Remediação)

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da Essencis (Macaé/Ecolar/Incineração/remediação) foi realizado até 31 de dezembro de 2050, com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Unidade geradora de caixa Emergencial/ Emergencias

O cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa da Geo Emergência foi realizado até 31 de dezembro de 2029, e acrescentado uma perpetuidade com base em estimativas financeiras aprovadas pela alta administração. A taxa de desconto, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 11,4%.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso para as unidades mencionadas acima é mais sensível às seguintes premissas:

Receita

A receita é planejada conforme característica do aterro, sendo KI, KII ou Inertes, tem como premissa o crescimento de resíduo com lastro no PIB (principalmente o resíduo proveniente de indústrias) e/ou tendência de crescimento do volume por região. A base histórica serve de apoio neste momento. Lembrando que como em toda meta, tem o desafio de buscar novos clientes para maximização da receita. O crescimento populacional por região/cidade atendida foi um apoio para os estudos das áreas comerciais principalmente para os resíduos urbanos. Com relação ao preço, os contratos no geral têm como indexador de reajuste o IPCA, com prazos médios de 1 ano renováveis. Adicionalmente contratos ativos e que não possuem sinalização de concorrências no ano seguinte, ou que há o cenário de confiança para renovação (satisfação do cliente, histórico do cliente, competitividade da GRI nos contratos, etc), se avalia a série histórica de cada contrato, prevendo ganhos de reajuste de preço com base em índices contratuais e índices de reajuste de mão de obra, e ponderando possíveis oscilações de mercado com a venda de recicláveis (Ex: relatório Anguti para aparas de papelão). Novos Negócios: com base nas concorrências em andamento no ano base, e com o "termômetro comercial" (funil de vendas - probabilidade de fechamento), projetamos o desafio comercial para o ano seguinte. Como premissa geral, a receita é ajustada de modo a preservar a rentabilidade do negócio do ano base, salvo exceções de grandes desmobilizações.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EBITDA

Considera a margem histórica, estimativa de correção de preço, bem como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos e crescimento de receita.

Impostos Diretos

Foram considerados os impostos sobre a Receita Bruta cabíveis à operação de cada entidade. Taxa de Desconto

Foi calculada de acordo com a metodologia do WACC (Weighted Average Cost of Capital), sem considerar o imposto sobre o lucro conforme as orientações do CPC 01/IAS 36.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade de deterioração do ágio, a Companhia considerou reduções no valor de uso de cada unidade geradora de caixa, expressas em pontos percentuais (p.p.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

- Diminuindo 5%, 10% e 15%

Como resultado da análise de sensibilidade, não foi identificado impairment. Em 31 de dezembro de 2023, não houve fatores internos e/ou externos que alterassem de forma significativa o valor recuperável dos ativos.

18 Fornecedores

O saldo é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	264	2.141	243.502	222.665
Partes relacionadas – nota 22	17	214	2.490	4.199
	281	2.355	245.992	226.864
Circulante	281	2.355	238.864	210.505
Não circulante	-	-	7.128	16.359

19 Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
BRDE, BNDES, CEF e BNB	Pré-fixado de 1,40% a 7,95% a.a. TJLP + 1,00% a 1,40% a.a. IPCA de 4,45% a 6,05% a.a. CDI + 3,85% a.a.	Jan/24 a Set/38	-	-	299.441	248.197
Finame	Pré-fixado de 4,53% a.a. a 4,75% a.a.	Jan/24 a Dez/27	-	266	30.361	39.172
Capital de giro	CDI + 1,94% a.a. a 4,90% a.a. Pré-fixado de 7,85% a.a. a 13,89% a.a.	Jan/24 a Dez/26	-	-	22.312	71.134
CDC	Pré-fixado de 4,30% a.a. a 10,25% a.a.	Jan/24 a Set/28	-	-	51.731	70.824
Leasing		Mar/24 a Nov/25	-	-	2.851	1.101
			-	266	406.696	430.428
Circulante			-	266	136.619	171.198
Não circulante			-	-	270.077	259.230

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos das controladas estão garantidos por avais da respectiva controladora e nos casos em que há sócios, na proporção de sua participação societária. Na eventualidade do Grupo Solvi fornecer garantia integral para uma controlada conjunta, há contragarantia do sócio.

Os financiamentos com recursos do FINAME estão garantidos pela alienação fiduciária dos bens financiados e avais.

Os financiamentos com recursos do FINEP, BNDES, CEF e BNB são garantidos por avais e quando necessário, por fiança bancária, no valor de R\$213.105 em 2023 (R\$173.987 em 2022).

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	Consolidado	
	2023	2022
2024	-	19.498
2025	72.890	39.230
2026	63.949	36.787
Após Jan/2027	133.238	163.715
	270.077	259.230

a) Conciliação da movimentação de empréstimos

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Covenants

O Grupo Solví mantém contratos firmados com o BNDES, Santander e CEF, os quais possuem garantias e covenants usuais do mercado para medir alavancagem financeira e cobertura do serviço da dívida das controladas tomadoras e/ou do consolidado do Grupo Solví e/ou da Companhia, a qual figura como interveniente em certos contratos, índices esses que são medidos anualmente.

Todas as cláusulas restritivas quantitativas referentes aos contratos foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, tendo sido obtido waiver prévio junto ao BNDES em razão dos efeitos pontuais da Reestruturação Societária ocorrida em 30 de junho de 2022, que distorceram o indicador de alavancagem da Solví Essencis. Como descrito na nota explicativa 1.2, o aporte de ativos líquidos implicou em elevação do endividamento de um lado e do EBITDA de outro, com a consolidação das controladas recebidas na capitalização. O waiver permitiu o cômputo do EBITDA de 12 meses dessas novas controladas, critério que adequadamente demonstra a real situação financeira da Solví Essencis e do Grupo Solví.

20 Debêntures

São compostos como segue:

Entidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Solví Essencis Ambiental S.A. (a) - 2 ^a emissão	CDI + 3,50% a.a	15/06/2032	-	-	1.009.490	1.012.379
Solví Essencis Ambiental S.A. (b) - 3 ^a emissão	CDI + 2,50% a.a	28/06/2025	-	-	130.068	-
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda. (c)	CDI + 3,00% a.a	22/11/2029	-	-	137.000	75.832
(-) Custo de captação			-	-	(15.731)	(18.136)
			-	-	1.260.827	1.070.075
Circulante			-	-	131.322	8.866
Não circulante			-	-	1.129.505	1.061.209

a) Solvi Essencis Ambiental S.A.

Em 24 de maio de 2022, a Solvi Essencis realizou a 2^a (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2(duas) séries, no valor R\$ 1.000.000, sendo R\$ 650.000 na Primeira Série das debêntures, e R\$ 350.000 na Segunda Série das debêntures para distribuição pública com esforços restritos, integralizadas em 23 de junho de 2022, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização semestral a partir de 15 de junho de 2024 e vencimento final em 15 de junho 2032.

Os recursos obtidos pela Emissora com a 2^a emissão das debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) foram destinados à aquisição da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, da primeira emissão da Solví Participações (“Debêntures Solví Participações”), anteriormente detidas pelos debenturistas das Debêntures Solví Participações, sendo certo que:

(i) Após a aquisição das Debêntures Solví Participações, a Emissora passou a ser a credora de tais créditos decorrentes e oriundos da titularidade das Debêntures da Solví Participações (“Dívida Solví Participações”); e

No âmbito da Reorganização Societária Permitida, a Solví Participações realizou um aumento de capital da Emissora, com emissão de ações ordinárias da Emissora, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Solví Participações, mediante o aporte dos ativos líquidos da Solví Participações na Emissora, incluindo o saldo da Dívida Solví Participações, resultando então no cancelamento das Debêntures Solví Participações (vide nota explicativa 1.2).

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória pela Solví Participações como principal pagadora e devedora solidária pelo valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$ 1.000.000, observado em qualquer hipótese (i) a quantidade de 650.000 (seiscentas e cinquenta mil) Debêntures na Primeira Série (“Debêntures da Primeira Série”); e (ii) a quantidade de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) Debêntures na Segunda Série (“Debêntures da Segunda Série” e, quando em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, as “Debêntures”).

Em 20 de outubro de 2022, foi celebrado o primeiro aditamento da segunda emissão, conforme previsto nas Cláusulas 4.23.5 e 4.23.7 da referida escritura de emissão, para a liberação da garantia fidejussória da Solví Participações S.A. após o cumprimento da obrigação de reorganização societária prevista, concluída em 03 de agosto de 2022.

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Solví Essencis, o índice financeiro pactuado é a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA apurado com base em demonstrações financeiras Pro-forma asseguradas (consolidação de todas as empresas nas quais a Solví Essencis detém participação societária superior a 50%), sujeito ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.

b) Solvi Essencis Ambiental S.A.

Em 28 de junho 2023, a Solvi Essencis realizou a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor R\$130.000, para distribuição pública sob o rito de registro automático, integralizadas em 11 de julho de 2023, tendo como Escriturador e Banco liquidante da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização única, no vencimento final em 28 de junho 2025.

Os recursos obtidos pela Emissora com a 3ª emissão das debêntures foram destinados ao financiamento de Capex da Companhia e de suas controladas integrais.

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória pela Solví Participações como principal pagadora e devedora solidária pelo valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$130.000.

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela Solví Essencis, os índices financeiros pactuados são: i) a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA e ii) ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) calculado pela relação EBITDA/Serviço da dívida, ambos apurados com base em demonstrações financeiras Pro-forma asseguradas (consolidação de todas as empresas nas quais a Solví Essencis detém participação societária superior a 50%), sujeitos ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.

c) CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A.

Em 18 de novembro de 2022 a empresa CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, no valor de R\$135.000, sendo R\$75.000 na Primeira Série das debêntures, e R\$60.000 na Segunda Série das Debêntures, para distribuição pública com esforços restritos, integralizadas em 07 de dezembro de 2022 e 16 de janeiro de 2023, respectivamente, tendo como Escriturador e Banco liquidanda da emissão o Itaú Unibanco S.A., com amortização trimestral a partir de 22 de novembro de 2024 e vencimento final em 22 de novembro de 2029.

Os recursos obtidos pela Emissora com a primeira emissão das debêntures da Primeira Série serão destinados para financiamento de Capex da CRVR e para pagamento de determinadas dívidas. Os recursos obtidos da Segunda Série das Debêntures serão destinados ao financiamento de Capex, a partir de janeiro de 2023.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias e cláusulas restritivas (Covenants)

Foi prestada garantia fidejussória, de forma solidária e proporcional à sua participação acionária indireta na CRVR, considerando a participação acionária dos Garantidores no capital social da Rio Grandense Participações S.A. (controladora direta da CRVR), como principais pagadores e devedores proporcionais pelo valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$135.000, observado em qualquer hipótese (i) a quantidade de 75.000 (setenta e cinquenta mil) debêntures na Primeira Série (“Debêntures da Primeira Série”); e (ii) a quantidade de 60.000 (sessenta mil) debêntures na Segunda Série.

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. No caso das debêntures emitidas pela CRVR, os índices financeiros pactuados são i) a manutenção da equação dívida líquida/EBITDA e ii) ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) calculado pela relação EBITDA/Serviço da dívida, ambos apurados com base em demonstrações financeiras anuais auditadas, sujeitos ao devido acompanhamento pelo agente fiduciário.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Conciliação da movimentação de debêntures

Solví Essencis Ambiental S.A. 1ª emissão
 Solví Essencis Ambiental S.A. 2ª emissão
 CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda
 (-) Custo de captação

Consolidado					
Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento juros	Amortização de custo de captação	Saldo em 31/12/2023
1.012.379	-	162.117	(165.006)	-	1.009.490
-	130.000	8.946	(8.878)	-	130.068
75.832	60.000	20.486	(19.318)	-	137.000
(18.136)	-	-	-	2.405	(15.731)
1.070.075	190.000	191.549	(193.202)	2.405	1.260.827

Solví Participações S.A

Controladora					
Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2022
659.660	-	45.292	(53.106)	(651.846)	-
659.660	-	45.292	(53.106)	(651.846)	-

Solví Participações S.A.
 Solví Essencis Ambiental S.A.
 CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda

Consolidado						
Saldo em 31/12/2021	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	(-) Custo de captação	Saldo em 31/12/2022
659.660	-	45.292	(53.106)	(651.846)	-	-
-	1.000.000	92.887	(80.508)	-	(16.065)	996.314
-	75.000	832	-	-	(2.071)	73.761
659.660	1.075.000	139.011	(133.614)	(651.846)	(18.136)	1.070.075

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é representado como segue:

	Taxa de desconto	Vencimento	Consolidado	
			2023	2022
Arrendamento mercantil	6,37% a.a.	nov/39	90.389	99.850
			90.389	99.850
Circulante			20.330	21.335
Não circulante			70.059	78.515

Movimentação do passivo de arrendamento:

	Consolidado							Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Remensuração	Adição	Apropriação de juros	Pagamento principal	Pagamento Juros	Baixa	
Arrendamento mercantil	99.850	7.234	6.004	7.310	(22.568)	(7.310)	(131)	90.389
	99.850	7.234	6.004	7.310	(22.568)	(7.310)	(131)	90.389
Consolidado								
Arrendamento mercantil	Saldo em 31/12/2021	Remensuração	Adição	Apropriação de juros	Pagamento principal	Pagamento Juros	Baixa	Saldo em 31/12/2022
	97.850	9.145	15.204	7.116	(21.883)	(7.149)	(433)	99.850
	97.850	9.145	15.204	7.116	(21.883)	(7.149)	(433)	99.850

A Administração avalia que as taxas utilizadas representam o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de seus contratos.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente.

Vencimento	Consolidado	
	2023	2022
2023	-	21.337
2024 à 2026	39.474	34.612
2027	9.363	8.592
2028	9.371	8.559
2029	9.321	8.492
2030	2.779	2.192
Após 2031	20.081	16.066
	90.389	99.850

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de Caixa	Consolidado			
	2023		2022	
	Nominal	Ajuste a valor presente	Nominal	Ajuste a valor presente
Contraprestação de Arrendamento	120.398	90.389	136.901	99.850
PIS / COFINS Potencial (9,25%)	(11.137)	(8.361)	(12.663)	(9.236)
	109.261	82.028	124.238	90.614

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019 Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do exercício.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo contratual de pagamentos – Consolidado 2023

Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16		2024	2025	2026	2027	Acima de 2027	Total
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16		20.330	10.322	8.822	9.363	41.552	90.389
Fluxo com Projeção de Inflação		23.598	12.291	10.770	11.712	57.696	116.067
Fluxo contratual de pagamentos – Consolidado 2022							
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16		2023	2024	2025	2026	Acima de 2026	Total
Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16		21.335	17.945	8.583	8.084	43.903	99.850
Fluxo com Projeção de Inflação		24.060	20.830	10.221	9.870	59.610	124.591

22 Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade e prazos e condições definidos e acordados entre as partes.

a) Controladora

Os saldos a receber e a pagar, e as respectivas naturezas das transações e entidades incluídas nas demonstrações financeiras individuais são demonstrados a seguir:

	Controladora					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Solví Essencis Ambiental S.A.	-	-	17	20	(228)	3.327
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	-	-	-	194	194	229
Vega Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	-	-	88
Revita Engenharia S.A.	-	-	-	-	-	90
	-	-	17	214	(34)	3.734
Mútuos						
Solví Essencis Ambiental S.A.	15.436	-	-	-	614	-
Vega Peru S.A.	-	-	20.563	21.096	-	-
Compañía de Inversiones Ambientales S.A.	-	-	4.631	-	-	(871)
Vega Sucursal Peru	7.202	7.386	-	-	-	-
Outros	3.337	2.934	-	-	-	-
	25.975	10.320	25.194	21.096	614	(871)
Total	25.975	10.320	25.211	21.310	580	2.863
Circulante	-	-	17	214		
Não circulante	25.975	10.320	25.194	21.096		
Total	25.975	10.320	25.211	21.310		

Outras transações com partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas registradas no ativo circulante referem-se, substancialmente, à serviços administrativo às respectivas partes relacionadas.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminadas na consolidação e não estão apresentadas abaixo. As transações entre o Grupo Solví e outras partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

	Consolidado					
	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	111	73	211	545	(480)	(1.282)
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	41	38	-	-	434	444
Essencis Biometano S.A	34	-	-	-	498	-
Alfenas Ambiental Tratamento de Resíduo e Limpeza Urbana Ltda	33	51	-	-	387	288
Ecovia Valorização de Resíduos Ltda.	24	16	-	-	218	200
Resíduo Zero Ambiental S.A.	32	144	-	-	338	339
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	131	322	-	-	1.314	1.215
Hekos Soluções Ambientais S. A.	35	46	583	46	(2.922)	826
Ambitottal S.A.	197	178	-	-	-	-
Consórcio Salvador Ambiental - SOTERO	32	-	439	-	379	-
Biotérmica Energia S.A.	484	1.323	87	35	2.720	393
Consórcio São Bernardo Ambiental	57	-	-	-	713	-
Logística Ambiental Mediterranea S.A.	-	-	50	97	-	-
Consórcio Vial Kishuara	8	-	-	-	-	-
Consórcio Águas de San Martin	328	-	-	-	-	-
LimpAr Rosário	5	126	40	-	-	126
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos S. A. - EMTR	-	-	644	644	-	-
Latte Participações Ltda.	-	-	436	-	-	-
Outros	-	461	-	2.832	-	2.472
	1.552	2.778	2.490	4.199	3.599	5.021
Mútuo						
Biotérmica Energia S.A.	8.456	-	-	-	133	-
Hekos Soluções Ambientais S. A.	-	-	-	-	228	-
Vega Perú Construcción	165	-	-	-	-	-
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	255	-	-	-	-
Arpoador (Biometano Sul S.A.)	-	-	-	2.116	-	-
Consórcio Vial Kishuara	49	-	-	-	-	-
Consórcio Águas de San Martin (70%)	2.879	3.013	-	-	-	-
Outros	3.337	3.157	-	-	-	-
	14.886	6.425	-	2.116	361	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:						
Hekos Soluções Ambientais S. A	-	-	-	687	-	-
	-	-	-	687	-	-
Subtotal						
Total	14.886	6.425	-	2.803	361	-
	16.438	9.203	2.490	7.002	3.960	5.021
Circulante	1.552	2.778	2.490	4.199		
Não circulante	14.886	6.425	-	2.803		
Total	16.438	9.203	2.490	7.002		

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de mútuos no ativo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	10.320	12.356	6.425	13.234
Saldo inicial				
Aplicação	15.138	353	8.652	353
Juros	1.209	606	517	606
Recebimento de juros	-	(6)	-	(6)
Recebimento do principal	(297)	(553)	(607)	(553)
Encargos	76	54	42	54
Variação cambial	(471)	(758)	(143)	(758)
Movimentos relacionados a capital	-	(1.732)	-	(6.505)
Saldo final	25.975	10.320	14.886	6.425

Movimentação de mútuos no passivo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	21.096	73.706	2.803	811
Saldo inicial				
Captação	4.537	90.557	-	9.865
Juros	902	2.980	176	402
Pagamento de juros	-	-	-	(191)
Pagamento do principal	-	(14.870)	-	(5.580)
Encargos	-	708	32	766
Variação cambial	(1.341)	368	-	-
Movimentos relacionados ao capital	-	(132.353)	(3.011)	(3.270)
Saldo final	25.194	21.096	-	2.803

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia pagou a seus administradores salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$1.515. Não houve remuneração paga em 2023.

23 Salários benefícios e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Salários	-	-	21.296	40.662
Encargos trabalhistas	37	4	17.220	17.206
Férias	-	-	56.940	54.434
Participação nos resultados	-	-	16.783	15.116
Outros	-	-	1.804	7.342
	37	4	114.043	134.760

Planos de contribuição definida

Aos funcionários que aderem, suas controladas provêm um plano de previdência privada. Esse plano multipatrócinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houveram os custos com a manutenção do plano na controladora, no consolidado foi R\$420 (R\$489 no consolidado em 31 de dezembro de 2022), os quais foram reconhecidos diretamente ao resultado.

Participação nos resultados

Algumas controladas constituíram provisão para participação nos resultados a empregados e administradores (que também são empregados) com base no alcance das metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com os sindicatos.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	1.051	1.137	68.371	77.159
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	-	-	210.747	203.890
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	-	-	13.219	15.514
Provisão para indenização em venda de investida (d)	16.904	29.952	16.904	29.952
Provisão para obrigações contratuais futuras	-	-	4.387	2.628
	17.955	31.089	313.628	329.143

a) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

O Grupo Solví é parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Controladora		
	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31/12/2021	89	1.280	1.369
Adições	6	22	28
Reversões	(47)	(213)	(260)
Saldo em 31/12/2022	48	1.089	1.137
Adições	111	-	111
Reversões	(23)	(174)	(197)
Saldo em 31/12/2023	136	915	1.051

	Consolidado				
	Cível	Trabalhista	Tributário	Honorários	Total
Saldo em 31/12/2021	12.388	51.957	4.249	2.627	71.221
Compensação de depósitos judiciais - 2021	193	5.844	53	-	6.090
Variação cambial	-	(1.328)	-	-	(1.328)
Adições	5.721	17.685	2.003	-	25.409
Reversões	(5.157)	(13.373)	(3.076)	(2.627)	(24.233)
Saldo em 31/12/2022	13.145	60.785	3.229	-	77.159
Variação cambial	-	(897)	-	-	(897)
Adições	5.558	14.809	-	-	20.367
Reversões	(3.336)	(23.999)	(923)	-	(28.258)
Saldo em 31/12/2023	15.367	50.698	2.306	-	68.371

Em 31 de dezembro de 2023, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, o montante correspondente a outros processos movidos contra o Grupo Solví com prognóstico estimado de perda possível, além dos processos a seguir divulgados, totaliza R\$76.185 Controladora e R\$691.767 Consolidado (R\$77.252 Controladora e R\$551.798 Consolidado em 31 de dezembro de 2022), os principais processos com estimativa de perdas possível referem-se substancialmente às ações cíveis públicas e execuções fiscais e estão descritos abaixo:

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Número do Processo	Descrição do Objeto	Valor
10314.720635/2019-65	PIS e Cofins apurados no ano calendário 2015. Questionamentos relacionados aos créditos.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 4.013
AUT-1-S/18-03-00028	Trata-se de auto de infração lavrado em março/2018, por supostamente ter ocorrido o escoamento de efluente pela rede de drenagem de águas pluviais. A Guamá, em sua defesa, apontou pela inexistência de contaminação, uma vez que os monitoramentos realizados pelo empreendimento não detectaram qualquer desvio de qualidade nas águas. Em decisão administrativa de primeira instância pela SEMAS, foi arbitrada a multa de R\$745mil. A decisão foi objeto de recurso e levado ao COEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 875
0000400-47.2017.5.05.0036	Trata-se de Reclamação Trabalhista, na qual o Autor alega teria sido desligado por justa causa sem lhe ser apresentado o motivo dessa ocorrência, negando que tenha cometido ato capaz de ensejar sua justa causa. Alega, ainda, que: (i) não recebia as horas extras; (ii) ultrapassava às 22:00h laborando, mas não recebia o adicional noturno; (iii) realizava uma inspeção diária na área do aterro sanitário, mas não recebia adicional de periculosidade ou insalubridade; (iv) recebia o valor das férias, mas apenas disponha de 5 a 10 dias de gozo, de modo que requer o pagamento desses períodos; (v) a justa causa lhe causou abalo emocional, além de ter maculado imagem perante terceiros; (vi) não teria sido corretamente reajustado seu salário a partir de janeiro/2017 com base no percentual da CCT. Nesse sentido, pede a condenação da empresa anulação da justa causa aplicada com pagamento das parcelas rescisórias suprimidas; liberação das guias de seguro-desemprego ou pagamento da indenização equivalente; multas dos arts. 467 e 477 da CLT; diferenças de Horas extras; dobra dos domingos e feriados laborados; adicional noturno; adicional de periculosidade e/ou de insalubridade; férias não gozadas; indenização por danos morais em razão da justa causa aplicada; manutenção do plano de saúde; reajuste normativo da CCT 2017/2018. A empresa apresentou defesa negando as alegações da petição inicial. Ação julgada parcialmente procedente. Aguardando julgamento de Embargos de Declaração.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 911
0000769-95.2018.5.05.0039	Trata-se de Reclamação Trabalhista, na qual o Autor alega que (i) sua moradia era arcada pela empresa, configurando verdade natureza salarial; (ii) foi obrigado a se transferir para Belém ou seria despedido; (iii) durante os primeiros 60 dias em Belém, morou em hotel arcado pela empresa (valor mensal de R\$ 4.350,00)e, depois, morou em apartamento com custos ainda assumidos pela empresa e teria comprado todos os móveis do apartamento para posterior reembolso (R\$ 12.778,00), o que ainda não ocorreu; (iv) não tinha poderes efetivos de mando em Teresina, de modo que pede as horas extras desse período; (v) em Belém ele se utilizava de carro da empresa para todos os fins de sua vida, pedindo o reconhecimento como salário; (vi) trabalhou em acúmulo de função; (vii) não teria recebido valores a que teria direito de PLR; (viii) teria sofrido uma dispensa vexatória, gerando repercussão perante todos os demais empregados da unidade; (ix) lhe foram imediatamente tomados o aparelho celular e computador, sofrendo humilhação; (x) teria ainda sido escoltado por dois prepostos da empresa até o seu hotel para que o veículo já fosse devolvido naquele momento; (xi) em razão da lavratura de autos de infração por supostas condutas ambientais incompatíveis com os compromissos assumidos pela empresa perante os órgãos públicos, o Autor estaria respondendo por demandas criminais que alega serem anteriores ao seu período naquela cidade; (xii) teria sido levado a interrogatório pelas autoridades policiais de forma truculenta, as quais lhe retiraram de sua residência às 7h da manhã, sofrendo verdadeira humilhação na frente de sua família, tendo sido levados bens de sua casa como telefones, tablets e computadores, inclusive de seus filhos; e (xiii) em razão de tais demandas, gastou R\$ 60.000,00 com honorários para assessoria de advogado criminal. Formula pedido de condenação da empresa: plus salarial pelo apartamento em São Paulo; plus salarial pelo hotel em Belém; plus salarial pelo apartamento em Belém; reembolso pelas despesas com transferência para Belém; horas extras; reconhecimento do veículo fornecido como salário in natura; acúmulo de função; PLR; indenização por danos morais (alegação de dispensa vexatória); indenização por danos morais (envolvimento em inquérito policial e denúncia do MP); indenização por danos materiais pelas despesas com advogado criminal. A empresa apresentou defesa negando as alegações da petição inicial. Após, a produção de prova oral e pericial, o processo foi julgado improcedente. Aguarda-se julgamento de Recurso Ordinário.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 666
0005150-72.2020.8.19.0028	Ação monitoria em que a empresa de locação de maquinários autora alega o mau uso da Essencis em equipamentos locados causaram avarias que não correspondem ao desgaste natural dos equipamentos. Devidamente contestada a ação, aguarda-se produção de perícia e oitiva de testemunhas.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 1.462
10932.720014/2020-38	PIS e Cofins apurados no ano calendário 2015. Questionamentos relacionados aos créditos.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 4.433
5001244-95.2019.8.08.0006	Execução Fiscal ajuizada em 01/04/2020 visando a cobrança de supostos créditos de ICMS. Apresentados Embargos à Execução e recebidos com efeito suspensivo. Pendentes de julgamento.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 3.158
1500483-60.2022.8.26.0106	Trata-se de execução fiscal por multa ambiental lavrada pela CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, por suposta dispersão de odor decorrente das operações do aterro sanitário. Após o fim do processo administrativo, em sede judicial, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo iniciou a execução fiscal, pela multa arbitrada, sendo objeto de embargos à execução pela Solví Essencis. A defesa sustenta que a multa aplicada não observou o rigor técnico necessário, na medida em que não foi realizada a perícia técnica para verificar se houve qualquer irregularidade na operação do empreendimento, assim como, se houve a suposta dissipaçāo de odor. Apresentados Embargos à Execução, a Execução Fiscal foi suspensa. Em novembro/2023 os embargos foram julgados procedentes. Interposta Apelação pela Fazenda.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 2.404

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Número do Processo	Tipo de Objeto	Valor
0806758-18.2022.8.14.0133	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, com objetivo de apurar supostos danos ambientais, sob fundamento de que a Guamá recebe resíduos industriais, que não estariam autorizados em sua licença. Aguarda-se expedição do mandado de citação. Importante destacar que a Guamá realiza apenas o recebimento de resíduos domiciliares. Da mesma forma, os monitoramentos ambientais não demonstraram qualquer forma de contaminação decorrente das operações do aterro.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.000
0806864-77.2022.8.14.0133	Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, com objetivo de apurar supostos danos ambientais, sob fundamento da suposta operação inadequada do empreendimento. Postula-se a suspensão de forma progressiva do recebimento de resíduos e indenização por danos morais coletivos. Aguarda-se a expedição do mandado de citação. A Guamá destaca que toda a operação é desempenhada nos estritos termos de sua licença, assim como, os monitoramentos ambientais não apontam por qualquer tipo contaminação decorrente das operações do aterro sanitário. Apresentada a contestação, o Ministério Público se manifestou. Aguardando prosseguimento do feito.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 5.000
0001931-77.2021.8.19.0008	Trata-se de ação de cobrança movida contra Bob Ambiental e Revita Engenharia S.A. por suposta falta de pagamento de equipamentos utilizados no aterro da Bob Ambiental. A Revita Engenharia ingressou na ação na condição de sócia da Bob Ambiental, porém a parte autora não demonstrou qualquer confusão patrimonial que viesse a ser aplicado a desconsideração da personalidade jurídica. Além disso, até a presente data, as empresas Revita e Bob Ambiental também nunca foram notificadas por eventual mora. Apresentadas as contestações e réplicas, foi designada audiência de conciliação sem sucesso. Aguardando fixação de pontos controvertidos e produção de provas.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$ 12.344
0111581-74.2013.8.19.0029	Trata-se de execução fiscal movida pela Pref. de Magé/RJ, com objetivo de executar a CDA constituída sob fundamento de suposto descumprimento de obrigação acessória e falta de recolhimento de ISS entre os anos de 2004 e 2007. A empresa apresentou a exceção de pré-executividade, considerando que a Solví Essencis Ambiental goza de isenção de ISS até o ano de 2025. Não obstante, foram constatados vícios substanciais na formação do título da CDA, o que inviabiliza a execução judicial. Em maio/2022, o Juiz decidiu por inadmitir a exceção de pré-executividade, cuja questão será levada ao TJRJ. Interposto Agravo de Instrumento, foi ele improvido. Interposto Recursos Especial e Extraordinário, aguardando apresentação de contrarrazões para julgamento de admissibilidade. Ainda, a empresa apresentou nos autos da Execução Fiscal uma Apólice de Seguro Garantia, oportunizando o seu prazo para oposição de Embargos à Execução Fiscal, o qual pende de julgamento.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$166.704
5010136-42.2020.8.21.0023	Execução fiscal de valores supostamente recebidos a maior pela Rio Grande Ambiental, na vigência do contrato de concessão. Débito originário da liquidação do Contrato de Concessão, com base em apuração realizada por órgão técnico do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Em julgamento definitivo, o plenário do TCE/RS afastou parte deste suposto “débito”. Com base nessa alegação, foi apresentada pela RGA Exceção de Pré-Executividade, considerando ainda que não houve condenação à restituição de valores pelo TCE, que determinou a realização de perícia técnica para nova apuração, em novo procedimento administrativo. A execução fiscal foi suspensa por decisão judicial, até o julgamento da exceção apresentada pela RGA.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$37.589
0334940-52.2014.8.13.0433	Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais na qual são questionados supostos atos de improbidade administrativa, que teriam hipoteticamente favorecido particulares na Concorrência nº 12/2009. Em 22/10/2014, foi deferido o pedido de liminar do MP para indisponibilizar os bens encontrados pelo RENAJUD e no CRI. Apresentamos o pedido de substituição da penhora pelo Seguro Garantia que, inicialmente, foi deferido pelo Juízo. Após análise do seguro garantia pelo MP, foi determinado que fosse apresentado novo seguro garantia para assegurar a condenação no valor da condenação atualizado até 2022. Já foi apresentado o novo seguro garantia com as condições impostas pelo Juízo. Paralelamente, em 02/09/2016 foi juntada aos autos a Defesa Prévia da Revita. Em março/2020, foi admitida pelo Juiz a ação de improbidade administrativa, determinando a citação de todos os Réus. Segundo os assessores jurídicos contratados pela Revita, o prognóstico de perda é possível.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$15.000
15758.720024/2021-36	Trata-se glossa de créditos de PIS e Cofins por suposta divergência de créditos na EFD referente ao ano de 2016. Houve parcial reconhecimento quanto aos insumos creditados ainda estando pendente a avaliação do recurso voluntário interposto pela LOGA para obter-se o reconhecimento integral dos insumos creditados pela Companhia.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$21.871
0008442-84.2013.8.08.0006	Trata-se de ação indenizatória movida por dois fazendeiros, visando o resarcimento de danos materiais, lucros cessantes e morais decorrentes a suposta alegação de que houve falha do fertilizante produzido pela Organoeste Aracruz S.A., antiga controlada da Organosolví, que resultou na perda das suas respectivas plantações. O processo encontra-se em fase de instrução.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$16.910
1021131-15.2017.8.26.0100	Ação indenizatória em razão dos prejuízos (danos emergentes e lucros cessantes) decorrentes do encerramento da relação locatícia estabelecida entre as partes referente ao imóvel localizado na Avenida do Estado, n. 6.495, Mooca, de propriedade da autora. A Mofarrej requer reparação de dano ambiental causado ao terreno do imóvel e de dano estrutural causado ao imóvel e indenização por danos emergentes e lucros cessantes até a finalização das obras de reparação do dano ambiental. Em 19/05/2022, foi proferida sentença reconhecendo a extinção da relação locatícia na data defendida pelos réus, porém condenando-os ao pagamento de indenização por danos estruturais ao imóvel no valor de R\$ 1.312.225,94 (para outubro/2019), por danos emergentes (tributos, luz, água e serviço de vigilância) em que o custeio for comprovado, no período entre maio/2015 e fevereiro/2022, e lucros cessantes aferidos entre o período de término do contrato (maio/2015) e a remediação do dano ambiental (fevereiro/2022) no equivalente ao valor do último aluguel vigente quando do encerramento da locação, tudo corrigido pela tabela prática do TJSP e com juros de mora legais a contar da citação. Negado provimento à apelação e rejeitados os Embargos de Declaração. Interposto Recurso Especial, porém, inadmitido. Em prazo para interposição de Agravo em Recurso Especial.	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$21.309
0880.983248/2020-47	PER/DCOMP não homologada proveniente de saldo negativo de IRPJ, Exercício 2016 (período 2015)	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$10.703
10880.942691/2021-49	PER/DCOMP não homologada proveniente de saldo negativo de IRPJ, Exercício 2017 (período 2016)	Valor envolvido na ação, com indicação de prognóstico possível: R\$10.775

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Provisão para fechamento de aterro

Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam a cobrir os custos de execução da cobertura final das áreas ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano, atualizando-se os dados com base na área de cobertura já realizada e a que está por fazer.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, destacando-se:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semi-permeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque, etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro, registrada nas demonstrações financeiras ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo Solví reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós- fechamento dos aterros sanitários no montante de R\$210.747 e R\$203.890 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa média de juros de 8,32% ao ano (11,23% ao ano 2022). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no exercício:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	203.890	185.934
Constituição de provisão	20.024	22.111
Reversão / realização da provisão	(12.950)	(4.155)
Variação cambial	(217)	-
Saldo final	210.747	203.890

c) Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro

	Consolidado	
	2023	2022
Guamá Tratamento de Resíduos (a)	6.812	8.915
CRVR - Riograndense valorização de resíduos	4.919	4.758
Battre - Bahia Transf. e trat. de resíduos	605	624
SCA - São Carlos Ambiental	125	549
Outras	758	668
	13.219	15.514

a. Refere-se a gastos futuros com o tratamento do chorume depositado em lagoas. A provisão é revertida de acordo com a realização do efetivo gasto, mediante a contabilização dos documentos fiscais ábeis correspondentes.

A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	15.514	21.153
Constituição de provisão	2.890	1.766
Reversão da provisão	(5.185)	(7.405)
Saldo final	13.219	15.514

d) Provisão para indenizações prevista em contrato de venda de investida

Em fevereiro de 2018, a Companhia firmou o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, na qualidade de “Vendedora”, aditado em junho de 2018, por meio do qual vendeu à Igarapé Sustentabilidade S.A. (“Igarapé” ou “Compradora”), empresa pertencente ao Grupo AEGEA, as ações da Companhia de Saneamento do Norte (“CSN”), que detinha, por sua vez, a integralidade das ações das concessionárias Manaus Ambiental S.A. (“MA”) e Rio Negro Ambiental, Captação, Tratamento e Distribuição de Águas SPE S.A. (“RN”). Referida operação definia Obrigações de Indenizar de parte a parte, típicas desse tipo de transação, para resarcimento, entre outros, de perdas incorridas em decorrência de atos, fatos, eventos ou omissões ocorridas até a Data do Fechamento da transação (junho de 2018). Esses itens de perdas serão resarcidos desde que ocorram até o quinto aniversário da Data de Fechamento, devidamente corrigido pela Taxa DI desde 10 de novembro de 2017.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência do fato e com base nas informações detidas pela Companhia quanto ao histórico das demandas, respeitado saldo do limite contratual estabelecido com a Igarapé, o valor total base em abril de 2021 era de R\$51.818 e registrado como transação entre acionistas no patrimônio líquido dentro da Reserva de capital, sendo liquidado o montante de R\$13.671 durante o ano de 2021 e o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2021 é de R\$38.153. Durante o ano de 2022, foi liquidado o montante de R\$8.201 e o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$29.952. Durante o ano de 2023, foi realizado o montante de R\$13.048, sendo R\$4.289 em liquidação de contingências, e R\$8.759 revertido como transação entre acionistas no patrimônio líquido dentro da Reserva de capital e o saldo de obrigação remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$16.904, considerando que em 15 de junho de 2023 o referido Contrato completou cinco anos, quando cessaram as obrigações de indenizar da Companhia, exceto quanto as obrigações remanescentes estabelecidas no Contrato.

25 Impostos, taxas e contribuições a recolher

São compostos como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ISS	-	1	17.804	9.716
PIS	4	6	4.462	3.641
Cofins	24	35	29.929	25.565
ICMS	-	-	712	2.301
IRRF	4	164	3.851	3.929
INSS Retido	32	32	3.488	2.796
ISS Retido	-	35	1.030	1.039
Parcelamentos fiscais (a)	-	-	2.306	2.961
IRPJ/CSLL	-	-	11.761	17.794
Outros	37	28	1.341	1.540
	101	301	76.684	71.282
Circulante	101	301	75.565	69.982
Não circulante	-	-	1.119	1.300

(a) Refere-se a parcelamentos de IRPJ/CSLL, PIS, COFINS, IR S/Folha realizados durante o período de 2009 a 2020. Os parcelamentos estão sendo liquidados em parcelas mensais e sucessivas, com juros financeiros equivalentes à taxa SELIC. .

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas da Companhia possuem registrados ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber de municipalidades, conforme permitido pela legislação do imposto de renda. A composição desses diferidos é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Diferenças temporárias:		
Reavaliação de terreno de aterro	(2.862)	(2.917)
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos (*)	(29.017)	(21.072)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	61.540	60.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.683	10.626
Provisões contingências	16.869	17.339
Prov. transp. chorume	2.249	2.233
Provisão de participações no resultado	4.037	3.887
Prejuízo fiscal acumulado	85.642	61.915
Mais valia de ativos	(88.083)	(93.371)
IFRS 16	2.546	1.957
Provisão para baixa em estoque	91	90
Benefícios pós emprego	384	596
Provisão conscientização população	312	39
Ajuste a valor presente	1.825	1.806
Imposto pago no exterior não utilizado no período	19.956	-
Provisão de processo ambiental	296	74
Custo de aquisição de debentures	(5.349)	(6.155)
Outros	3.348	3.080
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	83.467	40.729
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	181.962	138.915
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(98.495)	(98.186)

(*) Refere-se a lucros oriundos de contratos com clientes públicos, cuja tributação do imposto de renda e da contribuição social é diferida para o momento do efetivo recebimento.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes dos impostos e das participações no resultado	(23.665)	(83.425)	84.992	63.265
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	8.046	28.365	(28.897)	(21.510)
Incentivos	-	-	5.847	8.552
Efeito de controladas de alíquota diferenciada	-	-	3.716	3.045
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Equivalência patrimonial	(5.625)	(10.297)	3.791	5.112
Baixa de diferido sobre Prejuízo Fiscal - Ausência de expectativa de realização	(2.462)	(16.763)	(26.582)	(26.009)
Brindes/multas indedutíveis	-	-	(318)	(504)
Bônus/doações/patrocínios	-	-	(923)	(1.132)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	(241)
Gratificação a Administradores	-	-	-	(1.180)
Amortização de mais valia	(324)	(494)	(170)	(5.119)
Atualização monetária	-	1.166	-	4.052
Ajuste de inventário	-	(1)	(504)	(2.321)
Outras diferenças permanentes	336	(1.770)	(2.549)	(7.738)
Perda por inadimplência	-	(48)	(2.780)	(7.694)
Perda em investimentos	-	-	-	(20.738)
Ajustes relativos a tributos de exercícios anteriores	-	(1.144)	(1.461)	(5.624)
Diferencial de alíquota para empresas domiciliadas no exterior	-	-	2.307	(16.982)
Lucros disponibilizados no exterior	-	-	(2.862)	(2.382)
Não constituição de diferido - Ausência de expectativa de realização	29	(158)	546	680
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	(1.144)	(50.839)	(97.733)
Corrente	-	(1.144)	(97.241)	(104.764)
Diferido	-	-	43.867	1.825
Lucro de Exploração	-	-	2.535	5.206
Alíquota efetiva	0,00%	1,37%	59,82%	154,48%

27 Patrimônio líquido

(i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$440.450, representado por 595.247.615 ações ordinárias.

(ii) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2023 houve a absorção do saldo de prejuízos acumulados, registrados a conta de reserva de retenção de lucros, conforme apurado em balanço de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$79.429, pelo saldo total da Reserva legal, no valor de R\$36.200, e, ainda por parcela da conta de Reserva de capital, no valor de R\$43.229. Ainda, houve aprovação para a absorção do prejuízo apurado no balanço de 30 de dezembro de 2023 no montante de R\$18.575.

Em 31 de dezembro de 2023 houve aumento no montante de R\$8.759, referente a reversão da provisão para indenização decorrente de contrato de venda de investida – vide nota explicativa 24.d. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva de capital é de R\$563.166 (R\$616.211 em 2022).

(iii) Reserva de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Lei 11.638/07.

(v) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

(vi) Reserva de ágio

A reserva de ágio no valor de R\$4.491, foi constituída pelo reconhecimento do benefício fiscal anteriormente pertencente à Revita e incorporado pela CRVR em 30 de setembro de 2013 da qual a Solví detém 70% da participação totalizando o valor de R\$3.143.

28 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2023	2022
Receita de resíduos	2.501.953	2.554.426
Receita com manufatura reversa	65.422	123.068
Receita venda de biogás	2.604	2.350
Receita crédito de carbono	8.640	30.960
Outros serviços	6.813	4.824
Total receita bruta	2.585.432	2.715.628
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(119.082)	(103.026)
PIS	(43.072)	(37.961)
COFINS	(195.243)	(178.449)
ICMS	(3.880)	(6.778)
Total de deduções sobre vendas	(361.277)	(326.214)
Receita líquida	2.224.155	2.389.414
Mercados Geográficos		
Mercado interno (*)	2.442.755	2.339.954
Mercado externo (**)	142.677	375.674
Total da receita bruta	2.585.432	2.715.628
Época do reconhecimento da receita		
Bens e serviços transferidos em momento específico do tempo	2.585.432	2.715.628
Total receita bruta	2.585.432	2.715.628

(*) Mercado interno refere-se apenas a clientes localizados no Brasil.

(**) Mercado externo refere-se a clientes localizados na Alemanha, Bolívia, Argentina e Peru.

Não há clientes que representem individualmente mais de 10% da receita líquida do Grupo Solví, exceto na controlada “LOGA”, por se tratar de uma concessão classificada como ativo financeiro e com propósito específico, no qual o faturamento é realizado junto à ARSESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e representa 35% do total.

29 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2023	2022
Salários e encargos	(612.099)	(629.541)
Aluguel	(186.189)	(208.887)
Depreciações	(166.416)	(156.486)
Materiais aplicados nos serviços	(302.297)	(294.631)
Serviços de terceiros (a)	(367.117)	(486.882)
Créditos fiscais (b)	106.159	91.911
Custo de bens reversíveis	(11.219)	(15.779)
Custo de sucata	(23.561)	(84.512)
Energia elétrica	(15.164)	(14.348)
Fechamento de aterro	(7.074)	(17.267)
Licenças e taxas	(11.489)	(11.085)
Cessão de direito	(54.498)	(4.710)
Outros custos de produção	(57.123)	(85.605)
	(1.708.087)	(1.917.822)

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) As principais naturezas de serviços de terceiros são referentes a transporte de resíduos, serviços de incineração, destinações em aterros e serviços de coleta de resíduos.
(b) As principais naturezas de créditos fiscais são referentes a PIS e COFINS sobre insumos.

30 Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão/(reversão) para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.217)	2.717
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	-	(7.944)	(21.710)
Patrocínios, brindes e doações	-	-	(1.364)	(956)
Propaganda e publicidade	(43)	(62)	(8.415)	(5.208)
Outros	-	-	(1.516)	(1.083)
	(43)	(62)	(20.456)	(26.240)

31 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Remuneração direta mão de obra	-	(1.065)	(80.602)	(70.224)
INSS	-	(170)	(12.827)	(12.936)
Benefícios	-	(232)	(13.661)	(13.402)
FGTS	-	(48)	(3.731)	(4.477)
Aluguéis	-	(63)	(2.586)	(3.972)
Depreciação	-	(724)	(5.238)	(5.551)
Materiais	-	(126)	(1.838)	(2.600)
Serviços de Terceiros (a)	(1.347)	(4.386)	(61.790)	(57.825)
Tributos, Seguros e Contribuições	(182)	(272)	(5.311)	(4.665)
Viagens e Estadias	-	(13)	(3.146)	(2.512)
Despesas serviços compartilhados	(228)	2.407	-	4.738
Outros	(9)	(163)	(4.435)	(6.953)
	(1.766)	(4.855)	(195.165)	(180.379)

(a) Os valores de serviços de terceiros referem-se basicamente à contratação de serviços de consultorias administrativas e financeiras, honorários advocatícios e assessoria técnica.

32 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de aluguel	-	-	734	918
Outras receitas (despesas) eventuais (i)	(6.778)	(1.502)	28.938	56.843
Resultado venda de imobilizado	-	(6)	379	6.329
Provisões para contingenciais	86	232	7.891	(1.176)
Despesas com contingenciais	(179)	(26)	(28.454)	(21.426)
Patrocínio e doações	-	-	(2.118)	(3.038)
Pis e Cofins sobre outras receitas	(295)	(541)	(5.620)	(5.831)
Multa contratual	-	-	(19)	(2.226)
Perda por redução ao valor recuperável (i)	-	-	2.609	(61.630)
Total	(7.166)	(1.843)	4.340	(31.237)

(i) Em 2022, refere-se principalmente ao estorno da provisão de perda de mútuo da Revita com a Hekos, no valor de R\$82.535. A perda por redução ao valor recuperável, refere-se ao valor contábil do investimento na Hekos. Vide nota 14

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

33 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas juros sobre contratos	1.467	756	6.353	14.497
Variação monetária ativa	4.300	3.255	20.227	6.964
Rendimentos sobre aplicações financeiras	579	474	32.682	25.147
Correção de depósitos judiciais	-	-	617	2.722
Juros recebidos e descontos obtidos	-	19	9.026	10.544
Outras receitas financeiras	2	273	7.016	9.185
Total receitas financeiras	6.348	4.777	75.921	69.059
Variação monetária passiva	(382)	(1.145)	(18.137)	(5.381)
Despesas bancárias	(22)	(52)	(5.935)	(5.270)
Despesas com juros e descontos concedidos	-	-	-	(2.704)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(795)	(3.880)	(3.956)	(12.199)
Despesas com juros passivo de arrendamento	-	-	(7.310)	(3.918)
Despesas com multas e moras financeiras	-	(3)	(6.691)	(1.706)
Despesas com captação debentures	-	-	(3.705)	(1.574)
Tributos sobre movimentações financeiras	(3)	(726)	(9.494)	(8.614)
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(3.291)	(45.351)	(248.465)	(208.383)
Outros	-	-	(3.172)	(4.816)
Total despesas financeiras	(4.493)	(51.157)	(306.865)	(254.565)
Total	1.855	(46.380)	(230.944)	(185.506)

34 Cobertura de seguros

O Grupo Solví adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Nos contratos sob período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

As apólices contratadas pelo Grupo Solví oferecem as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil. A cobertura de seguros da Companhia e do consolidado é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Seguro patrimonial	59.033	52.838	59.033	52.838
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000	10.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000	30.000	30.000
99.033	92.838	99.033	92.838	

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35 Contrato de concessão ou PPP

35.1 Ativo intangível

O Grupo Solví reconhece um ativo intangível à medida em que suas controladas concessionárias recebem o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público, desta forma o Grupo Solví registrou ativos intangíveis conforme detalhamento abaixo:

	31 de dezembro de 2023				
	Battre	RGA	SCA	SBC	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	3.411	4.769	11.278	-	19.458
Infraestrutura em transbordos	2.821	-	-	-	2.821
Estações de tratam. e redes de distrib. de água:					
Terrenos e edificações e construção civil	-	-	359	-	359
Benfeitorias em bens de terceiros	-	763	12	-	775
Máquinas e equipamentos	1.062	1	385	-	1.448
Veículos e equipamentos	40	-	414	-	454
Intangível em andamento	16.449	-	2.617	2.642	21.708
	23.783	5.533	15.065	2.642	47.023

	31 de dezembro de 2022				
	Battre	RGA	SCA	SBC	Total
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	8.117	4.769	10.410	-	23.296
Infraestrutura em transbordos	2.979	-	-	-	2.979
Estações de tratam. e redes de distrib. de água:					
Terrenos e edificações e construção civil	-	-	375	-	375
Benfeitorias em bens de terceiros	-	763	19	-	782
Máquinas e equipamentos	1.171	246	446	-	1.863
Veículos e equipamentos	52	-	67	-	119
Intangível em andamento	3.366	-	1.969	2.642	7.977
	15.685	5.778	13.286	2.642	37.391

Os ativos intangíveis do Grupo Solví estão registrados nas empresas “Battre, Rio Grande Ambiental, São Carlos e SBC Valorização. Os investimentos Battre, Rio Grande Ambiental, São Carlos e SBC Valorização foram aportados na Solví Essencis pela Solví Participações em 30 de junho de 2022, onde o resultado dos ativos intangíveis estão registrados na consolidação da Solví Participações até o período de 30 junho de 2022. A partir de 01 de julho de 2022 os resultados dos ativos intangíveis estão registrados na consolidação da Solvi Essencis.

Segue abaixo resultado das empresas com ativos intangíveis aportados na Solví Essencis:

	Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2023			
	Battre	RGA	SCA	SBC
Receita líquida	105.694	(5.639)	38.791	1.766
Custo	(99.427)	5.639	(26.911)	63
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(4.413)	(6.021)	(3.339)	(1.184)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	1.854	(6.021)	8.541	645
Resultado financeiro	1.600	(220)	(570)	550
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	3.454	(6.241)	7.971	1.195
Imposto de renda e contribuição social	(1.275)	-	(2.802)	(106)
Lucro/(prejuízo) do exercício	2.179	(6.241)	5.169	1.089

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Demonstrações do Resultado em 31 de dezembro de 2022			
	Batre	RGA	SCA	SBC
Receita líquida	126.533	4	17.503	2.207
Custo	(100.335)	(2.748)	(20.312)	-
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(3.333)	(1.852)	(1.685)	974
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos e resultado financeiro	22.865	(4.596)	(4.494)	3.181
Resultado financeiro	(1.512)	71	(879)	(1.150)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	21.353	(4.525)	(5.373)	2.031
Imposto de renda e contribuição social	(3.311)	1	1.783	(1.315)
Lucro/(prejuízo) do exercício	18.042	(4.524)	(3.590)	716

35.2 Ativo financeiro de concessão

O Grupo Solví reconhece um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento. Desta forma o Grupo Solví registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Transbordo	2.860	4.015
Edificações	-	324
Benfeitorias	950	1.520
Contêineres	2.394	4.109
Centros de triagem	946	2.099
RSSS Unid. Treinamentos	1.532	3.506
Tr. Anhanguera	-	2.370
Col. Mecanizada	-	71
Ajuste a valor presente	(784)	(2.263)
	7.898	15.751
 Circulante	 7.898	 5.824
Não circulante	-	9.927

O ativo financeiro de concessão do Grupo Solví está registrado na empresa “Loga”. O investimento Loga foi aportado na Solví Essencis pela Solví Participações em 30 de junho de 2022, onde o resultado dos ativos financeiros da concessão está registrado na consolidação da Solví Participações até o período de 30 junho de 2022. A partir de 01 de julho de 2022 os resultados dos ativos financeiros de concessão estão registrados na consolidação da Solvi Essencis.

Segue abaixo resultado da empresa com ativos financeiros de concessão aportados na Solví Essencis:

	Loga	
	2023	2022
Receita líquida	764.552	683.220
Custo	(563.236)	(503.100)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(38.057)	(33.463)
Lucro operacional antes dos impostos e resultado financeiro	163.259	146.657
 Resultado financeiro	 (2.574)	 5.858
Lucro antes dos impostos	160.685	152.515
Imposto de renda e contribuição social	(52.372)	(50.559)
Lucro do exercício	108.313	101.956

Solví Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios
findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resumo dos principais contratos de concessão:

Controladas - principais contratos de concessão	Sumário dos serviços sob concessão	Período da concessão	Receita bruta anual (R\$ mil)	Reajustes de preços	Ativos reversíveis	Obrigações contratuais	Condições para renovação	Outras condições relevantes	Aditivos ao contrato original
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA	Serviços urbanos de limpeza para o setor noroeste da cidade de São Paulo/SP	20 anos a partir de outubro de 2004	R\$ 893.014	Anualmente com base em fórmula paramétrica composta de diversos índices	Terrenos, estruturas e construções são reversíveis. Demais ativos poderão ser revertidos conforme repactuação contratual.	Reforma do transbordo Ponte Pequena; Construção de novo transbordo; implantação de aterro; construção de usina de compostagem e de centrais de triagem e renovação de frota de veículos a cada 5 anos	Pode ser renovado por igual período ou período menor a depender do Poder Concedente	A cada 5 anos o contrato prevê revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aditivo realizado em 29 de outubro de 2007 para revisão da tarifa e das e postergação dos investimentos. Em 26 de dezembro/2012 foi assinado o TCA, promovendo parcialmente o reequilíbrio do contrato.
Battre - Bahia Transporte e Tratamento de Resíduos S.A.	Operação e manutenção de aterro, estação de transbordo e tratamento de resíduos sólidos de saúde coletados na cidade de Salvador/BA. Para este último serviço não houve OS – Ordem de Serviço	20 anos a partir de janeiro/2000 (aterro) e agosto/2000 (estação de transbordo). Com o encerramento do contrato em 29 de dezembro de 2019, foram assinados os aditivos de nº 16º (prazo 6 meses), 17º (prazo 4 meses) e o 18º ao Contrato de Concessão - Concorrência nº 004/1999, sendo esse último, assinado em 26 de outubro de 2020, prorrogando esse contrato por mais 3 (três) anos	R\$ 120.228	Serão apurados anualmente mediante a previsão da utilização da variação do IPCA.	100% dos itens necessários para execução do contrato.	O contrato dará andamento aos serviços executados no aterro que já conta com a devida licença ambiental e executar os projetos e estudos econômicos e técnicos.	A renovação do contrato depende do enquadramento às condições, diretrizes, requisitos e pressupostos, das normas de regência, em especial as prescritas no arts. 37 e 225 da CRF c/c Leis 8.666/1993, 8.987/1995, 9.074/1995, 12.305/2010, 11.445/2007 e 14.026/2020.	O início do tratamento de resíduos hospitalares ainda não foi autorizado pelo Poder Concedente	Durante a vigência dos 20 anos do contrato de concessão (até 29 de dezembro de 2019), foram assinados 18 aditivos e o último, o 18º, assinado em 26 de outubro de 2020, referente a prorrogação do prazo do contrato por mais 36 meses.
São Carlos Ambiental – Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	Execução dos serviços de limpeza pública no município de São Carlos	O contrato será celebrado até a vigência de 20 anos, prorrogável por mais 10 anos a partir de 23 de agosto de 2010	R\$ 44.664	O valor contratado será ajustado a cada 12 meses contados da data da assinatura do contrato, pelo IPCA/IBGE	Os ativos reversíveis são de 100% dos itens necessários para execução do serviço escopo de concessão.	Coleta de resíduos sólidos domiciliares e seu transporte até o local indicado pelo contratante.	A São Carlos apresentou em 11 de agosto de 2020 a modalidade segura garantia correspondente a 5% do valor anual do contrato para a garantia do contrato	Todos os bens relacionados na proposta vinculam-se a concessão. Os bens imóveis ao aterro adquirido para os fins deste contrato integram a concessão e converterão ao patrimônio municipal, após encerramento do resultado	Contrato de concessão nº 119/2010 mantido.